

Lutar para estudar... ...estudar para lutar!



Barrar a Reforma Universitária do Governo Lula!

Documento de contribuição ao debate do Movimento Estudantil
Novembro, 2006

Grupo "Além do Mito..." (UFAL)
alem_do_mito@yahoo.com.br

SUMÁRIO

Parte I – Análise de Conjuntura: a política neoliberal e o Governo Lula

- 1. Considerações iniciais**
- 2. Governo Lula: aprofundando o neoliberalismo**

Parte II – Universidade

- 1. A universidade e o mercado: um antagonismo**
- 2. A Reforma Universitária Privatizante**
 - 2.1 A Metodologia de Aplicação da Reforma e seu Projeto de Lei
 - 2.2 O Programa Universidade Para Todos (Prouni)
 - 2.3 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)
 - 2.4 A Precarização da Educação
 - 2.5 Privatização Interna das Universidades Públicas
 - 2.6 Assistência Estudantil
- 3. A privatização interna na UFAL**
 - 2.1 O Domínio da Agroindústria Sucro-Alcooleira em Alagoas e o Papel da UFAL
- 4. Destruir a Reforma Privatista para que ela não destrua a Universidade Pública e Gratuita**

Parte III – Movimento Estudantil

- 1. Caráter, limites e potencialidades**
- 2. Ideologia e Mov. Estudantil: transformar ou reproduzir? (entre a prática e o praticismo)**
- 3. A União Nacional dos Estudantes**
 - 3.1 Desenvolvimento político da entidade
 - 3.2 Por que romper com a UNE?
 - a) Organização x Burocracia
 - b) Divisionismo ou uma cisão objetiva?
- 4. A Conlute e a reorganização do Movimento Estudantil**
 - 4.1 Entre a objetividade e a subjetividade: (re)organizar o movimento pela base!
 - 4.2 A Conlute pode virar uma nova UNE?
 - 4.3 Avançar na luta: construir a Conlute!
- 5. A conjuntura e as lutas do Movimento Estudantil na UFAL**
 - 5.1 O ME-UFAL em tempos de Governo Lula
 - 5.2 As lutas recentes do Movimento Estudantil da UFAL
 - 5.3 Construir uma plataforma de lutas!

Parte IV – Opressões

- 1. Gênero**
- 2. Sexualidade**
- 3. Opressão de Cor e racismo**
 - 3.1 Das senzalas às favelas...
 - 3.2 Cotas já! Abaixo a universidade branca, elitista e racista!

Anexo: Comunicado sobre o cancelamento do V Congresso do DCE-UFAL: *Fora governistas e oportunistas do Movimento Estudantil!*

PARTE I

ANÁLISE DE CONJUNTURA

A política neoliberal e o governo Lula

1. Considerações iniciais

Vivemos a era da crise histórica do capital: desemprego em massa, miséria para incontáveis milhões, brutalização em todos os sentidos da vida humana, catástrofes ambientais, guerras imperialistas, contra-revolução mundial. Enquanto os apologistas mais acríticos da ordem repetem em coro que “não há alternativa”, para nós, estudantes comprometidos com a perspectiva da emancipação do trabalho, a crise estrutural do capital não permite soluções parciais e coloca no centro do debate a atualidade histórica da ofensiva socialista. O sistema do capital se mostrou impermeável à reforma, o fracasso histórico da social-democracia que semeou a ilusão no interior das classes subalternas de que era possível um capitalismo humanizado, demonstra claramente que os antagonismos e contradições do capitalismo só podem ser superados com a superação do mesmo pelo Trabalho, única alternativa viável ao Capital.

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões significativas. O Estado de bem-estar social, surgido no pós-2ª guerra em resposta à crise de 1929, baseado na intervenção estatal na economia, na produção em massa e no pleno emprego, teve como consequência direta um aumento da produção de riqueza e um maior acesso da classe trabalhadora a esta, tanto na forma de salário direto quanto na forma da ampliação de benefícios sociais. O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e integrados a ele, resultando em vantagem produtiva durante o processo de auto-expansão do Capital. É claro que isso se deu nos países mais desenvolvidos, até mesmo porque há uma íntima relação entre o desenvolvimento destes e a exploração dos países subdesenvolvidos.

Por volta dos anos 70, com o processo de saturação das demandas provocadas pela produção em massa e consequente diminuição dos lucros das empresas, o modelo econômico do pós-2ª guerra mundial entra em crise resultando em uma profunda recessão, combinando pela primeira vez altas taxas de inflação com baixas taxas de crescimento. As conquistas obtidas pelas organizações de defesa da classe trabalhadora se mostraram reversíveis, a partir daí o ideário neoliberal se apresenta como resposta hegemônica à crise: precarização do trabalho, arrocho salarial, expansão do capital privado para setores que antes eram de domínio do setor público (como por exemplo: saúde e educação), desregulamentação da economia, flexibilização das leis trabalhistas, dissolução dos sindicatos através da restauração do nível “natural” de desemprego, reformas fiscais para incentivar agentes econômicos, ou seja, redução da taxa sobre os rendimentos mais altos, subordinação de tudo e de todos à lógica de mercado, estando até mesmo os indivíduos obrigados a provar sua viabilidade produtiva ou perecer. O neoliberalismo é antes de tudo a resposta do capital à diminuição dos seus lucros, ou seja, é um produto concreto da luta de classes.

2. Governo Lula: aprofundando o neoliberalismo

No Brasil as idéias e práticas neoliberais ganham terreno e se solidificam principalmente a partir da década de 90. O modelo do Estado mínimo foi recebido de braços abertos por Fernando Collor, tendo continuidade através dos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, mas por incrível que pareça, nenhum deles foi tão longe no aprofundamento dessa política como o governo de Lula. A chegada do PT a presidência do país se deu em uma conjuntura de profundo desgaste das políticas neoliberais, as diretrizes privatizantes de FHC, de endividamento e financeirização, conduziram o país a uma situação de crise aguda, com deterioração das condições sociais, ao mesmo tempo que a economia brasileira afundava com descontrole cambial, evasão de divisas e queda na atividade produtiva.

Em uma conjuntura de rechaço popular às consequências do neoliberalismo o governo Lula é eleito, acendendo em milhões de pessoas das classes subalternas a esperança de que houvesse profundas mudanças nessa situação, mudanças que colocassem o país em um caminho que priorizasse os interesses de milhares de trabalhadores brasileiros, e não, como sempre, de uma pequena minoria. Porém não foi isso que se verificou. O primeiro mandato do governo Lula foi marcado pela manutenção e aprofundamento de uma política anti-trabalhador, cumprindo o papel de relegitimar uma orientação sem apoio popular e dar-lhe fôlego, transformando-se dessa forma em uma providencial tábua de salvação para as classes dominantes e para o sistema financeiro, que necessitava urgentemente de uma nova representação política. Desde a tradição revolucionária do século XIX já se alertara para que quando o capital vive períodos de crise, uma das tendências é que

partidos com influência no seio da classe trabalhadora e em suas organizações de defesa assumam o poder para garantir a reprodutibilidade do capitalismo na sociedade, acobertando as contradições de classe, não dando desta forma visibilidade política às contradições econômicas cada vez mais agudizadas. Toda a experiência da classe trabalhadora no século XX foi nesse sentido, seja em relação ao eurocomunismo ou aos governos populistas latino-americanos, Lula não é o primeiro governante de “esquerda” a aplicar uma política neoliberal. Em nossa história recente não faltam exemplos: Mitterrand na França dos anos 80, Walessa na Polônia dos anos 90 ou então mais próximo de nós, Kirshner na Argentina de hoje. Claro que isso não se trata de uma fatalidade histórica, e sim de opções de classe abertas que através do discurso do pacto social e do mito do desenvolvimento econômico e da produtividade, escondem na verdade uma maior exploração do trabalho em benefícios das burguesias nacionais e internacionais.

Toda conduta do governo petista foi de dar absoluta prioridade ao Capital, em todas as suas variantes, em oposição ao Trabalho. Os sinais são claros: vão desde as reformas da previdência e tributária até a liberação dos transgênicos e os bilhões investidos no agronegócio. O governo Lula ao contrário do propalado pelos seus defensores vem dando continuidade ao programa de privatizações, seja através do leilão dos últimos bancos estaduais ou da concessão de terras amazônicas, de áreas petrolíferas, e de bacias aquíferas às corporações multinacionais. A contra-reforma da Previdência, ao cortar direitos e restringir receitas, na prática desvia bilhões de reais dos cofres públicos para os fundos de Previdência privada.

Sobre o pretexto de não afugentar os investidores e criar condições para o desenvolvimento, o que se vê é a criação de condições para que o capital (nacional e internacional) tenha lucros fabulosos. Temos um governo que realiza o maior arrocho fiscal da história para garantir o pagamento aos credores da dívida pública. Para fazer esses repasses para o setor rentista, a área social e os investimentos em infra-estrutura têm que ceder grande parte de seus orçamentos, por meio de mecanismos como a manutenção da Desvinculação das Receitas da União (DRU) que retira 35% dos recursos educacionais e o estabelecimento de metas elevadíssimas de superávit primário, que transferem mais de 150 bilhões por ano para os rentistas dos juros da dívida.

O que se viu nos primeiros quatro anos de governo Lula foi um agravamento da condição capitalista dependente, tendo as frações mais internacionalizadas da burguesia um fortalecimento extraordinário, como é o caso das frações representadas principalmente pelo agronegócio, setor financeiro e grandes corporações transnacionais. O setor da burguesia ligado aos bancos foi com certeza o que mais se beneficiou durante o Governo Lula, com sua política de juros estratosféricos o governo garantiu aos banqueiros lucros recordes. Apenas em três anos do governo de Lula os cinco maiores bancos do país obtiveram um lucro líquido de vultosos 43 bilhões de reais (28% acima do lucro obtido pelos bancos nos 8 anos do governo de FHC, que também foi um paraíso para os banqueiros).

As transnacionais aqui instaladas aumentaram suas remessas de lucros para suas matrizes. Somente em 2005 foi remetido o equivalente a US\$ 12,7 bilhões – a maior remessa da história do Brasil. Nos três primeiros anos de governo, Lula permitiu às multinacionais enviarem, em média, US\$ 8,6 bilhões por ano, contra US\$ 4,5 bilhões no período anterior. Ao valor da remessa de lucros, soma-se a exportação de outras rendas financeiras (juros pagos ao capital especulativo, pagamento de juros da dívida externa etc.) Ao final, o volume de remessas ao exterior torna-se próximo ou superior às reservas geradas por exportações e entrada de capitais. Em 2004, representou um total de US\$ 20,5 bilhões, e em 2005 aumentou para US\$ 26,2 bilhões. Note que este processo representa uma extração de excedente econômico jamais observada na história brasileira, aprofundando a orgia imperialista que se dá em nosso país desde os tempos de colônia.

No que diz respeito às políticas sociais o governo não avançou um milímetro em relação aos anteriores. Por meio de medidas compensatórias focadas - conforme a cartilha do Banco Mundial – e materializadas especialmente no Bolsa Família, o governo busca vincular-se àquela parcela do nosso povo que se situa abaixo da linha de pobreza, distribuindo migalhas oficiais, não alterando desta forma as condições de miséria, servindo apenas para manter os miseráveis vegetativamente vivos, ou seja, um projeto comprometido apenas em manter as coisas mais ou menos como estão. Apesar da propaganda oficial o desemprego continua com índices elevadíssimos e os novos empregos criados são, sobretudo, precarizados, tendo 64% deles com rendimento de até um salário mínimo e nenhum saldo positivo do emprego com rendimento acima de três salários mínimos.

Tudo isso está regado a uma política externa claramente comprometida com o imperialismo, como mostra claramente a “missão de paz” da ONU no Haiti, encabeçada pelo Brasil, cumprindo o papel de submissão total aos interesses norte-americanos de recolonização desse país.

Apesar de ser claramente um governo socialmente burguês, economicamente neoliberal e politicamente reacionário, a eleição de Lula trouxe uma confusão enorme na esquerda política e nos movimentos sociais. A “esquerda petista” insiste em defender o governo, apesar das críticas pontuais, usando-se das argumentações mais espúrias: primeiro a cantilena da herança maldita do governo FHC, depois a tese do “governo em disputa”, e por fim, um último desafio à inteligência da classe

trabalhadora brasileira, de que o governo Lula seria um “mal menor” em relação à volta da direita tradicional. Ora, com a radicalização neoliberal oficial estes argumentos ruíram pela simples confrontação com a realidade. A direita nunca saiu do poder no Brasil, não há dúvidas de que Lula realiza um governo neoliberal na essência, e a esquerda que insiste em defendê-lo presta um desserviço à consciência da classe trabalhadora no Brasil, insistindo em confundir e plantar ilusões no interior da mesma.

É preciso compreender, como repetido inúmeras vezes pelo próprio Lula, que ele e o seu partido mudaram. Para se capacitar enquanto um partido eleitoral e adquirir legitimidade no jogo democrático-liberal, ou seja, resignar-se às suas estreitas regras, o PT teve que deixar de ser petista, rasgando suas bandeiras históricas, através de um processo de readequação política e de transformismo social, degenerando-se metodologicamente e eticamente. Enganam-se os que subestimam a crise do PT, apesar do mesmo poder continuar a ser uma legenda eleitoral, é sem dúvida, um partido morto enquanto instrumento de luta. A estratégia do campo democrático popular, de divisão entre um braço político (o partido) e um braço sindical-social (CUT, UNE) levou a uma subordinação do braço sindical-social ao braço político e conseqüentemente à sua estratégia eleitoreira. Isso significou a cooptação dos grandes instrumentos de luta dos estudantes e trabalhadores, resultando em uma ruptura com suas bases após um processo de burocratização extrema, finalizando com a verdadeira estatização dos mesmos, que assim como o PT, estão mortos para as lutas de estudantes e trabalhadores.

A reeleição de Lula, em um momento de refluxo dos movimentos sociais, forma um quadro dramático. Teremos que enfrentar as reformas de Lula, gestadas no primeiro mandato e ainda não implementadas em sua totalidade, como o caso da reforma trabalhista, sindical e universitária. Teremos que lutar como nunca para evitar perder direitos já garantidos. Os velhos instrumentos de luta, UNE e CUT, já deram mostras suficientes de que lado estão e de que não oporão nenhuma resistência aos próximos ataques. Cabe a nós, estudantes, e aos trabalhadores, organizarmos nossas lutas e instrumentos autônomos, entendendo que a centralidade das mesmas está em cada fábrica, local de estudo, de trabalho e nas ruas, pois são estes os locais onde a esquerda teve mais êxito em seus embates. Sendo o capital uma força extra-parlamentar em essência, deve também ser combatido centralmente no campo extra-parlamentar. Será apenas dando um caráter cada vez mais anti-capitalista e anti-imperialista às nossas lutas, e combatendo de uma vez por todas o governismo dentro do movimento estudantil, sindical e popular, que poderemos acumular forças para a transformação radical e necessária da ordem estabelecida.

- Contra o Governo Lula e suas Reformas Neoliberais!
- Pela centralidade da luta nas ruas, locais de estudo, trabalho e moradia! Contra o eleitoralismo parlamentar!

PARTE II

UNIVERSIDADE

Universidade e Reforma Universitária

1. A Universidade e o Mercado: um antagonismo

Para pensar a universidade é preciso ter em mente o contexto social a qual ela está inserida. Ela tanto se constitui a partir das contradições sociais como é constituinte das mesmas. É necessário relacionar os processos macros – tanto a nível nacional como a nível mundial – com as políticas adotadas no âmbito da educação, que por sua vez estão inexoravelmente atreladas a determinadas concepções de mundo e projetos societários, atingindo até mesmo o cotidiano escolar. Devemos ter claro também, que este processo não se dá linearmente, mas é repleto de contradições, fruto das disputas sociais que lhe são intrínsecas. Portanto, ao analisar a universidade não podemos abstrair a luta de classes da qual ela também participa.

A atual conjuntura é marcada pelo neoliberalismo, sendo este uma resposta do capital a sua crise de rentabilidade desencadeada nos anos 70. Como foi colocado na parte de Conjuntura deste texto, o neoliberalismo se caracteriza antes de tudo pela tentativa de subordinar tudo e todos à lógica de mercado. E com a educação não é diferente. Sobretudo porque representa um novo nicho de exploração para o capital. Este, sem muitas alternativas para sua necessária expansão incessante (dentro de sua lógica), vislumbra agora invadir espaços até então característicos do setor público para transformá-los em objetos de sua reprodução.

Para tanto, desde o governo Collor, o Estado vem realizando reformas estruturais tendo em vista as diretrizes neoliberais. Neste bojo se enquadra a Reforma Universitária. O Estado passa a se reorganizar, redimensionando sua esfera de atuação. Neste sentido, os serviços públicos passam a

ser considerados custos para o Estado, que começa a privatizá-los ou dividi-los com iniciativas privadas (Parcerias Público-Privadas), fazendo deles valores de troca. O que antes era direito passa a ser passivo de compra e venda. É precisamente o que acontece na educação superior.

Antes de analisarmos mais pormenorizadamente a reforma universitária, convém percebermos algumas dimensões da mercantilização da educação.

A universidade é um setor estratégico: tanto para aqueles que visam fazer dela reprodutora da desigualdade social, na qual o sistema capitalista sobrevive, tanto para os que lutam por uma nova sociedade. Reproduzir a desigualdade hoje, significa se adequar à doutrina neoliberal, ou seja, prezar pelos intentos do mercado ao invés das necessidades humanas. Entretanto, para aqueles comprometidos com a transformação social, no caso da educação, é preciso barrar a sua subordinação ao capital.

Acreditamos que a universidade pode ser um espaço para elaboração de um novo projeto de sociedade, onde a humanidade se emancipe do jugo do capital, e que seja finda a exploração do homem pelo homem. Para tanto, é mister que tenhamos uma formação orientada para fins humanos. Ou seja, a universidade deve ser propícia ao desenvolvimento omnilateral das qualidades humanas, sejam elas intelectuais, afetivas, artísticas, físicas e etc., se constituindo em um lócus positivo na construção do historicamente novo.

Contudo, ao submetê-la a racionalidade capitalista, ela se limita unicamente a atender aos interesses classistas dominantes. Ora, permitindo a exploração capitalista no espaço educacional, este fica podado, incapaz de promover o bem-estar humano naquilo que lhe é possível. Colocar a universidade sobre a égide do mercado, significa nada mais do que firma-la enquanto objeto de lucro, desviando-a da sua potencialidade transformadora.

A mercantilização da educação significa a sua desumanização. Representa a queda drástica do seu nível de qualidade. Pois, as necessidades inerentes à produção e disseminação do conhecimento têm uma série de especificidades que são ignoradas em nome do lucro. Logo, a privatização da universidade acarreta imediatamente em sua desqualificação, isto fica evidente quando observamos a tendência à desvinculação entre ensino-pesquisa-extensão, ferindo desta maneira um dos primados mais básicos do que vem a ser a universidade.

A privatização que vem sendo imposta à educação superior tem como fundamento teórico a idéia de que o mercado é o regulador social por excelência. Esta é a máxima neoliberal. Claro que isto não passa de uma mistificação da realidade, que tem o objetivo de fazer crer que o mundo burguês é natural, e não uma construção sócio-histórica, e que é a única e a melhor forma possível de sociabilidade. Em nossos tempos, o mercado é, na verdade, o berço da partição da desigualdade social, incapaz desta maneira, de suprir as contradições sociais, uma vez que é promotor delas.

O mesmo acontece quando se deixa a educação sob o controle do mercado. Como já foi explicitado acima, as demandas educacionais não são atendidas quando esta se transforma em mercadoria. Além da qualidade pífia que é capaz de promover, as leis de mercado de oferta e procura não levam em conta os genuínos interesses da sociedade. Lembremos, a título de exemplo, das distorções em relação aos números de vagas ofertadas por curso (formação de muitos profissionais de uma área em detrimento de outras socialmente tão importantes), tal concentração redundando no desemprego de muitos profissionais, enquanto cria-se carência de qualificação em determinadas áreas. Isto é apenas um demonstrativo da incapacidade do mercado de gerir a educação.

A doutrina neoliberal, ao querer a mercantilização da educação, transforma a educação em prestação de serviço. Assim, o estudante vira cliente e a sua formação compõe então a planilha de custos do capitalista que explora este negócio. Sabemos que, uma vez que a formação é tratada como custo, o empresário da educação visará diminuir ao mínimo possível tais custos (precarizando a formação, precarizando o trabalho docente etc) para daí tirar o máximo de lucro que puder, eis a racionalidade que se quer impor à universidade. Neste caso, mudam-se, dessa forma, os seus fins: de espaço para produção e reprodução do conhecimento que deve necessariamente ser socializado, vira lugar de acumulação de capital e apropriação privada do conhecimento.

Entretanto, a educação deve ser encarada como direito, e direito não se vende nem se negocia. Para tanto, queremos uma universidade com financiamento inteiramente público (que na realidade provem nada mais do que da riqueza produzida pelos trabalhadores e que é apropriada pelo Estado através dos impostos) e autonomia política total. O Estado deve financiar as instituições públicas, mas estas não devem estar submetidas politicamente a ele. Até porque, para realizar bem as suas funções, a universidade precisa se constituir como um espaço autônomo e livre da ingerência do Estado e/ou do Capital.

Nós defendemos uma universidade pública, gratuita e voltada para as classes trabalhadoras. Uma universidade que não reproduza o sistema de exploração e que seja capaz de forjar uma nova perspectiva societária calcada nos interesses populares.

2. A Reforma Universitária Privatizante

Acima, o sentido da reforma universitária já foi amplamente explicitado: privatizar a educação superior pública. Isto se materializa completamente nos projetos de lei, nas Parcerias Público-Privadas (PPP's), no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), no Prouni, na Lei de Inovação Tecnológica, enfim, em todos os mecanismos que os governos têm usado para implementar a reforma.

Note-se que uma das justificativas ideológicas utilizadas para a mercantilização consiste na suposta incapacidade do Estado de gerir os serviços públicos. Mas isto não tem a mínima sustentação. Nada como um pouco de história para provar. Acontece que diversas opções políticas historicamente tomadas pelos governos causaram a depredação do setor público.

No início da década de 80, o Estado decide por tirar recursos das universidades, ou seja, ele opta intencionalmente por reduzir progressivamente seu papel enquanto provedor do ensino superior público. Assim, a situação de sucateamento em que se encontram as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi uma decisão política do próprio Estado, e agora, os seus dirigentes vêm pregar a incapacidade Estatal.

Outro argumento muito utilizado é em relação à suposta falta de dinheiro. Mas de novo se trata de uma opção política. Falta recurso para educação não porque não se tenha dinheiro, mas por se privilegiar outros gastos, como por exemplo, a transferência de recursos públicos para os banqueiros. Através do corte de gastos públicos, o Brasil persegue o superávit primário, que é revertido para o pagamento dos juros da dívida externa brasileira.

A Reforma Universitária não é um fenômeno novo, mas remonta aos tempos da ditadura militar. Naquele período inicia-se o processo de privatização que se dá da seguinte maneira: intensa destinação de verba pública para a iniciativa privada e o Estado passando a se eximir de bancar o ensino superior público, criando-se o dualismo que tão caracteriza o sistema universitário brasileiro. Qual seja: favorece a expansão das faculdades privadas, enquanto as IFES, restritas e de bem melhor qualidade que as não-públicas, são ocupadas em sua grande maioria pela elite. Um sistema perverso criado pela lógica privatista. Então, nos anos noventa, já dentro da linha neoliberal, como remédio para o dualismo se aplica a própria doença. Como vimos, a Ditadura decide que não deve mais ampliar o ensino superior público e promove a disseminação do ensino privado. Isto, além relegar para as privadas (que se caracterizam em sua ampla maioria por sua péssima qualidade) àqueles que não conseguem passar no funil excludente do vestibular, ainda acarreta na exclusão de milhões de acesso à universidade, enquanto que as IFES se elitizam. Então, agora, se diz pretender com a privatização a democratização do ensino superior. Ora, isto é tão somente a negação sistemática à universalização do ensino superior público.

Devemos ter claro que ao priorizar as privadas se ignora o papel social que a universidade deve desempenhar. Pois, as faculdades particulares, evidentemente, não tem nenhum compromisso social, apenas objetivam o lucro. Já as públicas devem ter a obrigação de melhorar a sociedade em que estão inseridas.

Já sabemos a conseqüência da política, na década de oitenta, de reduzir drasticamente os orçamentos das IFES. Prepara-se primeiro o terreno para depois incidir nele. As universidades públicas ficaram depauperadas e as particulares cresceram espantosamente, em um processo ininterrupto, chegando hoje a abranger quase 80% do setor.

Este terreno veio a calhar para as políticas neoliberais dos anos noventa de Fernando Henrique Cardoso e que continuam com Lula da Silva. Tais políticas se particularizam pelo aprofundamento da noção de privatização, onde temos um grande financiamento público de instituições particulares e o financiamento privado de instituições públicas, ferindo o caráter gratuito e a autonomia delas.

Para entender as recentes políticas privatistas para a educação é preciso que se saiba de onde e por quem elas foram forçadas. O Banco Mundial (BM) e o FMI têm sido seus grandes mentores. Isto fica patente ao compararmos o conteúdo dos documentos publicados por eles, especialmente depois do que ficou conhecido como Consenso de Washington (reunião onde foram traçadas as principais linhas políticas da chamada nova ordem mundial), e as medidas que efetivamente têm sido aplicados por FHC e Lula.

O BM e o FMI surgem, ligados à ONU, em 1944 na Conferência de Bretton Woods com o objetivo de reorganizar o capitalismo mundial no pós-guerra, e desde já vestem as mãos dos Estados Unidos. Só que de lá para cá o capitalismo mudou, e nesta medida estes organismos. Com a crise do capital ambos vão atuar no sentido de tentar superá-la, aderindo assim ao receituário neoliberal, e definindo as políticas, principalmente, dos países de capitalismo periférico (como o Brasil). Para isto, utilizam seus aparatos tecnocráticos, bem como a coerção em cima das dívidas externas destas nações. Assistimos desde então o destino da educação brasileira, não somente a superior, sendo traçada por estes organismos que atuam claramente em favor do capital financeiro internacional. Como diria Roberto Leher, a educação tem um novo senhor: o Banco Mundial.

2.1 A Metodologia de Aplicação da Reforma e seu Projeto de Lei

Um ponto essencial da reforma universitária é a sua metodologia de aplicação. O que vem a ser isto? Dado as dificuldades que acarreta a privatização do ensino superior (uma delas é a pressão popular) foi preciso desenvolver um método que minasse paulatinamente as resistências, que fosse capaz de por em prática a privatização sem que se colocasse em risco todo o projeto.

A característica mais marcante do processo de reforma universitária é que ela tem sido gradualista. Se aproveitando, como já colocamos, do sucateamento da universidade pública, os governos FHC e Lula têm aplicado a reforma aos poucos. Através de medidas provisórias, decretos, leis que versam sobre o ensino superior mas que não são propriamente o projeto acabado, criação de sistemas avaliativos (como o Provão e o Enade), privatização interna das IFES utilizando-se das “brechas” da lei ou até mesmo descumprimento descarado da legislação, enfim, criatividade não falta aos apologistas do capital. Devemos, portanto, ter claro que a reforma privatista é algo em curso, que já avançou bastante, mas ainda tem um longo percurso para se completar, sendo assim, passiva de reversão.

O projeto de lei que tramita no legislativo, conhecido como Reforma Universitária, é um aspecto da Reforma como um todo, de certo um aspecto central dela, mas não o único. Vale lembrar que ele já está em sua 4ª versão e que a União Nacional dos Estudantes (UNE) é co-autora do mesmo. Eis um dos fundamentos da estratégia neoliberal: a cooptação dos movimentos sociais para tentar dar legitimidade ao seu plano e diminuir as resistências. Aí se encontra a UNE hoje, na contramão da sua história, servindo àqueles que querem esfacelar a educação pública.

Muitos setores do movimento estudantil, em geral e não por coincidência ligados a UNE, defendem o projeto de reforma neoliberal, ou ao menos, dissimulam dizendo que ele contém pontos positivos. Deste modo, defendem que se deve lutar internamente, na elaboração do mesmo, para se conquistar “mais avanços”. Esta argumentação é frágil, distorce a realidade e tem como objetivo a defesa da reforma e da entidade. Primeiro, dizer que o projeto tem pontos positivos é uma tática para fazê-lo avançar, para que se acredite que o mesmo está em disputa. Segundo que, se a UNE é co-autora, é preciso sustentar que o projeto é parcialmente bom para não descredibilizar a entidade.

O projeto de reforma universitária não tem nada de positivo, nem poderia ter, e mais, a cada versão lançada ele piora, aprofundando a tendência privatista. Uma lei não é neutra, ou melhor, seu texto está encharcado de ideologia. Ela não é algo técnico, é, antes de tudo, político. Carregando em si não só o que está explicitamente aparente, mas todo o processo em que está inserida. Desta forma, para analisar qualquer lei é preciso que se analise o contexto envolvido, que se perceba os mecanismos usados para tentar esconder suas verdadeiras conseqüências e os meios ideológicos para alcançar aceitabilidade.

Bem, o contexto da reforma tem sido colocado aqui desde o início do texto: crise do capital, neoliberalismo, reformas estruturais do Estado para se adequar a lógica de mercado etc. E o sentido da reforma é um: a mercantilização da educação superior. Qualquer análise crítica dos projetos atesta isto. Então, como é possível ter pontos positivos submersos em um sentido deste? Dizer que isto é possível, significa afirmar uma contradição. Pois, ao defender que existe tais pontos positivos, assume-se imediatamente que os outros não são bons, do contrário não haveria razão para valorizar alguns pontos. Daí se tenta o impossível, fazer crer que os supostos poucos pontos se sobrepõem aos demais, pois não entram na lógica deles. Mas como, se a reforma tem como cerne a mercantilização da educação, ou seja, a desumanização da educação? Na realidade, estes setores não acreditam nestes pontos, eles compactuam com o projeto em sua integridade e usam deste artifício em prol da reforma. Como já disse, dessa maneira, fazem o projeto avançar.

Outro aspecto desta mesma questão é quanto aos mecanismos ideológicos. Ora, o projeto, para sua própria sobrevivência, não pode assumir suas verdadeiras intencionalidades. Ele vai colocar que defende a universidade pública e que visa à expansão do ensino superior, por exemplo. Contudo o problema está em explicitar o que ele entende por público. Não foi à toa que no eixo das reformas neoliberais se criou a noção de serviço público não-estatal. Assim, empresas particulares também fazem atividades públicas. Já a expansão, ela já acontece, só que pelas instituições privadas. É com estas artimanhas que se tenta dar um ar atrativo ao texto da lei, escondendo seus reais objetivos.

É impossível que se espere um outro projeto do Governo Lula. A única reforma que este governo pode oferecer é a que já está em trâmite. Do contrário seria acreditar que é possível ele propor algo que vai contra a toda a sua política-econômica e aos interesses que já deixou claro defender. Depois de continuar e aprofundar a política de Fernando Henrique, por que, somente em educação, seria diferente? O governo é alinhado ao BM e ao FMI, preso ao capital financeiro, portanto não vai agir em dissonância com isso. O projeto privatista de reforma universitária, que está no congresso, não está em disputa. Seu objetivo é mercantilizar a educação superior. Para defendermos a universidade pública e gratuita devemos repudiar radicalmente a reforma de FHC, Lula e Banco Mundial.

O Projeto de lei da Reforma Universitária favorece amplamente o setor privado. Inclusive, ele trata todas as instituições indiferenciadamente, sejam elas estatais ou privadas. Coloca no mesmo patamar as universidades que são custeadas pelo poder público e as instituições que são privadas, sustentadas através de mensalidades e objetivando lucros. Para o projeto, todas são simplesmente instituições de ensino superior, pois encara toda educação indistintamente: como mercadoria. Nesta perspectiva, as instituições privadas nunca se tornarão estatais, contudo o contrário é possível.

São os empresários do ensino superior os mais interessados na Reforma Universitária, pois ela vem para resgatar este setor que vive uma grande crise. A cada novo anteprojeto que é lançado mais se tem aprofundado o seu caráter privatista. Bem antes que o Brasil pensasse seriamente em um projeto nacional de universalização da educação, o Governo Lula trabalha para esfacelar a universidade pública brasileira, atendendo aos anseios do Banco Mundial e da burguesia nacional.

2.2 O Programa Universidade Para Todos (Prouni)

O Programa Universidade Para Todos (Prouni) do Governo Lula é uma política de claro favorecimento do setor privado. Ele, que começou a vigorar via medida provisória em setembro de 2004 e sancionado como lei em janeiro de 2005, compra vagas ociosas em instituições particulares e as reverte enquanto bolsas totais ou parciais para estudantes carentes. Através desta política o governo propagandeia que tem feito inclusão social, colocando estudantes pobres na universidade.

A pergunta que não quer calar: por que incluí-los nas privadas em vez das públicas? Ao invés de comprar vagas, por que não criá-las nas IFES, que representaria também uma expansão dessas? Claramente, se pretende favorecer as instituições privadas. É uma transferência direta de recursos públicos para as particulares que só se beneficiam com o Prouni. Não estão fazendo nenhum favor, pois o governo compra suas vagas não utilizadas. Por trás deste programa, com todo seu apelo social propagandeado, o dinheiro que deveria ir para as universidades públicas é desviado para sustentar o setor privado, que anseia por estes recursos. Ele tem, em média nacional, quase 50% das vagas ociosas, e sofrem de elevadas taxas de inadimplência, devido suas altas mensalidades. Assim, o Prouni vem para tentar salvar este setor, que dada sua expansão, tem milhares de cadeiras não-preenchidas. É o mais explícito programa de beneficiamento do setor privado, com o Estado transferindo milhões para ele.

Note-se que o Prouni apenas dá bolsas parciais ou totais, não tendo mais nenhuma política que garanta a permanência do estudante. Se o programa é para estudantes carentes, como o governo espera que estes se mantenham estudando sem dar condições? Simplesmente não se garante assistência estudantil, que é imprescindível para sua continuidade nos estudos. Se o estudante é carente, e por isso se paga a bolsa, como se espera que ele arque com os demais custos (transporte, alimentação, livros etc)? Percebe-se como o foco não é expandir a educação superior no país, mas sustentar o setor privado da educação superior.

Inclusão social com ampliação da educação superior só pode ocorrer nas universidades públicas. Para tanto é preciso que o governo invista nelas e não nas faculdades privadas, como vem fazendo. É preciso que se recupere as IFES de seu estado de sucateamento, aumentando drasticamente o orçamento destinado a elas, e concomitantemente se aumente o número de vagas. Vale notar que um estudo da ANDES-SN (Sindicado Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) mostrou que com o dinheiro usado para o Prouni, daria para custear o dobro dos estudantes nas universidades federais. Assim, o governo deixa claro que tem dinheiro para as empresas privadas de educação (conhecidas, não sem razão, como tubarões do ensino), mas diz não ter recursos para as IFES.

O Estado faz esta política como se estivesse fazendo um favor, em caráter assistencial. Ou seja, é a evidência que o poder público não tem encarado a educação como direito de todos e dever do Estado de promover. Claro que queremos que estudantes carentes possam cursar o ensino superior. Mas defendemos que a classe trabalhadora possa estudar na universidade pública e gratuita, e só com a expansão desta isto pode ocorrer. Por isso, exigimos a revogação imediata do Prouni, com a re-colocação de seus bolsistas nas IFES. Exigimos verbas públicas em universidade públicas.

O Prouni é uma política do patrocínio Estatal às particulares, afora as outras formas de transferência de recursos, como a isenção fiscal. Muitas instituições operam enquanto fundações filantrópicas ou sem fins lucrativos, simplesmente para receber incentivo fiscal, se valendo deste mecanismo para aumentar suas taxas de lucro. Com estas práticas o Estado brasileiro tem investido, direta ou indiretamente, no setor privado da educação. Políticas como o Prouni indicam claramente quem são os mais interessados na reforma universitária: o setor privado da educação superior.

2.3 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

O SINAES está em vigor desde 2004, inicialmente por medida provisória, compreendendo uma avaliação das Instituições, dos cursos de graduação e dos estudantes. A avaliação estudantil é feita pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que repete o mesmo caráter do Provão (criado por FHC). Este sistema avaliativo é estratégico para implementação da reforma e do progresso da privatização que o governo vem promovendo.

Tornou-se lugar comum dizer que a universidade deve “prestar contas à sociedade”. Devemos ser crítico a esta afirmação. Esta noção de que a universidade deve “prestar contas à sociedade” está extremamente carregada de pressupostos que não se enquadram na educação, mas na lógica de mercado. A expressão denota uma perspectiva de que os investimentos feitos nas IFES devem retornar a sociedade nos mesmos termos quantitativos que foram empregados. Não se preocupa, com isso, em retorno social autêntico e dentro das atribuições universitárias, mas retorno meramente financeiro, o que é o mesmo que querer torná-la lucrativa.

Os paradigmas utilizados pelo SINAES são equivalentes a uma empresa privada. Trabalha com conceitos como: produtividade, eficiência, competitividade, custo/benefício, índices quantitativos etc. Isto visa forçar as universidades a se adequarem ao novo padrão de educação superior que a Reforma quer impor. Só sairá bem neste tipo de avaliação quem, na sua prática educacional, seguir os paradigmas autoritariamente impostos pelo projeto. E uma prática educacional autêntica, isto é, tendo a educação como fim, não se encaixa nesta perspectiva, sob pena de perder seu caráter e sua razão de ser.

Como já citamos, o SINAES faz parte da metodologia de aplicação da Reforma Universitária. Não apenas busca enquadrar as instituições na lógica mercantil como dá prerrogativas ao MEC de cortar recursos e até extinguir os cursos que não forem bem nesta avaliação. O SINAES é, portanto, autoritário e punitivo, estabelecendo a noção de Estado regulador do ensino, e não mais provedor. Os investimentos podem ser condicionados aos resultados obtidos na avaliação. Se determinado curso não for bem é penalizado. Não se questiona o fato de que o curso não foi bem justamente pela falta de investimentos, simplesmente pune-o. E os que forem bem colocados, que se mostraram bem “eficientes”, são “premiados”. Fica claro que não há nenhum objetivo propositivo, pois não se apresentam meios de superar as dificuldades encontradas. Trata-se de usar este processo avaliativo para acelerar as transformações no seio das universidades, bem como fazê-las passar por uma peneira.

O padrão avaliativo do ENADE de Lula é o mesmo do extinto Provão de FHC. Trabalha índices quantitativos, com escalas de 1 à 5, o que permite o *ranking* entre as instituições. E mais, são reservadas certas quantidades percentuais de instituições para cada nota, ou seja, fazendo uma comparação nacional, chega-se sempre a uma quantidade limite de universidades com nota 5, outras com nota 4, e assim sucessivamente até a nota 1. Desse modo, todas as universidades brasileiras podem ter sido péssimas na avaliação, mas mesmo assim haverá algumas tantas que tirarão nota 5, da mesma forma que saindo-se todas muito bem no exame, haverão aquelas com nota 1.

Isto serve apenas as instituições privadas, que aproveitam para fazer propaganda em cima deste *rankeamento*, o que só reforça a idéia nefasta de educação produtivista em detrimento de uma educação de qualidade. Significa nada menos do que estabelecer o critério da competitividade, como se a qualidade de uma instituição se desse por uma relação (diga-se, quantitativa) com as outras. O *rankeamento* também em nada contribui para melhoria do curso, somente atesta o problema, não indica como resolvê-los nem mesmo dá condições para tanto.

O SINAES mantém a obrigatoriedade tanto para instituição realizar todo o procedimento da avaliação como para o estudante realizar a prova, estando sujeitos a punições. Para a instituição que se negue a realizar a avaliação, o MEC pode destituir seus dirigentes. E para o estudante, o exame (ENADE) é componente curricular obrigatório, incluído no histórico escolar e atrelado à conclusão do curso. Não há espaço para qualquer crítica ao exame.

O ENADE vai mais além do Provão e concede bolsas e premiações aos primeiros colocados, transformando em mérito individual um processo que é institucional. Desconsidera totalmente todas as diferenças regionais e as especificidades de cada instituição. Aplicam uma prova universal a estudantes recém ingressos e concluintes, sem considerar as condições e particularidades em questão. Por exemplo, um médico formado em Manaus é avaliado, ou melhor, examinado, com o mesmo instrumento que um médico formado em São Paulo, se levar em conta os problemas e as prioridades da saúde local.

Ele não respeita a autonomia das universidades, simplesmente cria critérios autoritariamente e obriga as instituições a se submeterem a seu crivo. Dessa maneira o Estado se eleva prepotentemente acima delas e determina o que devem e como fazer. A universidade é uma instituição diferenciada na sociedade, que para atingir seus reais objetivos deve gozar de autonomia. Ao Estado cabe apenas financiá-las. Se nelas deve-se produzir e reproduzir o saber, é sua a tarefa

de produzir o conhecimento sobre si mesma. Um espaço onde se investiga a realidade é também capaz de compreender a si.

O caráter punitivo, obrigatório e parcial do ENADE demonstra que não estamos lidando com uma avaliação séria, comprometida em apontar soluções para os problemas existentes na formação universitária e no exercício do papel social da Universidade. O Exame pune o setor público e favorece o setor privado. Atropela a democracia e a autonomia das Universidades Públicas, ignorando a diversidade das Instituições e as suas reais condições sócio-políticas.

Será por acaso que hoje se fala tanto em avaliação? Por que, justamente agora, em pleno turbilhão de reformas neoliberais, que atingem também a educação superior, passou a se falar tanto em avaliação? Só agora começaram a se preocuparem com a qualidade da universidade brasileira? Certamente, não há interesse com a melhoria da educação superior pública. O objetivo se resume em forçá-las a se mercantilizarem, criar um ambiente propício ao avanço da reforma universitária em todas as suas modalidades e favorecer o setor privado.

Não somos contra que haja avaliação das universidades. Pelo contrário, deve ser um precioso meio para sua melhoria. Mas ela deve ser pensada em termos opostos ao que se tem colocado hoje em dia. Qualquer avaliação deve ser encarada como um momento, não para medir resultados produtivistas e quantitativos, mas de reflexão criativa. Onde ela de fato possa se avaliar, diante de sua complexidade e particularidade, e projetar proposições a seguir. Sempre respeitando sua autonomia e garantindo o financiamento público total.

Muitos estudantes, por falta de informação, não fazem uma análise crítica e aceitam este sistema avaliativo. Caem no senso comum que diz que para melhorar seu curso devem buscar uma boa nota no ENADE, quando não o fazem por mero interesse pessoal de “incrementar” seu currículo. Contudo, não percebem que o SINAES age no sentido inverso, arrasta para baixo o nível de qualidade. A luta por um ensino superior de qualidade exige o combate ao SINAES. Um dos meios para tanto é o boicote ao ENADE (entregando a prova em branco), pois aceitar e legitimar este sistema avaliativo significa ser conivente com a destruição da qualidade, e do caráter público e gratuito da educação superior.

2.4 A Precarização da Educação

Muito já falamos sobre as conseqüências da mercantilização da educação: a perda de qualidade, o desvio de suas atividades fins, a subserviência aos interesses do capital, desumanização da educação, enfim, a precarização da educação. O ensino superior precarizado tem sido, concomitantemente, produto e produtor da sua mercantilização. A percepção desta relação dialética entre precarização e mercantilização é fundamental para a compreensão das mesmas.

A universidade foi fundamentada historicamente no tripé ensino-pesquisa-extensão. Nenhum dos três tem mais relevância que os outros, e devem ser compreendidos em sua interação necessária mútua. Outro aspecto significativo quanto à universidade é o ambiente que ela proporciona. Ela permite uma integração de diversos saberes, sendo um espaço onde as diversas áreas do conhecimento podem dialogar e ainda gerar um *locus* propício para que a sua comunidade acadêmica usufrua destas diversas fontes. Essas são duas das características que diferenciam a universidade das outras instituições de ensino superior.

A Reforma Universitária ataca frontalmente com este caráter da universidade. A extensão é encarada meramente como um retorno social da universidade (dentro da ótica quantitativista), a pesquisa fica restrita a alguns centros de excelência e subordinada à lógica de mercado, enquanto se generaliza o aligeiramento do ensino.

As privadas, com poucas exceções, se caracterizam largamente por se centrarem apenas no ensino (em geral de péssima qualidade). Sua (ir)racionalidade mercantil acarreta na desconsideração da extensão, no preterimento da pesquisa e na precarização do seu único foco que é o ensino (com professores mal remunerados, mal preparados, estrutura míngua etc). Com a generalização do ensino nas faculdades pagas, o grosso das pesquisas fica a cargo das IFES e, sempre que possível atreladas aos interesses de mercado.

Este processo vem fragmentando a educação superior, permitindo que se criem diversas instituições com objetivos distintos. Visando então destruir a formação contínua, embasada no ensino-pesquisa-extensão, e se caracterizando por fundamentar a sua (des)qualificação acadêmica em instrumentalização profissional.

Para empreender diversificação das instituições é preciso flexibilizar as suas normatizações constitucionais. E é isso que a reforma faz. Assim permite-se que muitas instituições sejam voltadas somente para o ensino, com a desobrigação da extensão e da pesquisa em graduações e pós-graduações. A flexibilização não se restringe aí, ela age nos regimes internos das escolas superiores, permitindo o fim da dedicação exclusiva docente, o trabalho temporário com professores substitutos, e várias outras modalidades de precarização do trabalho. A própria gestão das IFES são

flexibilizadas, possibilitando a diversificação do financiamento, que representa a privatização da mesma. Este é o caso da criação das Unidades Acadêmicas da UFAL.

A depredação da educação superior se manifesta também com a disseminação do paradigma de produtividade. É boa a instituição que mais se assemelha a uma “fábrica de profissionais”. A qualidade dela se baseia em custo e tempo da produção quantitativa, desprezando a formação acadêmica e sócio-política. As graduações e pós-graduações se tecnicizam, não se assemelhando mais em nada com educação superior, a não ser em sua nomenclatura. Exemplo disto são os cursos de curta-duração e a possibilidade aberta pelo projeto de lei da Reforma de os mestrados e doutorados poderem ser profissionais (ao invés de acadêmicos), voltados exclusivamente para o mercado, e até cumpridos à distância.

Nada caracteriza mais a precarização da educação superior do que o Ensino à Distância (EaD), que tem sido fortemente incentivado pelo governo Lula. O projeto Universidade Aberta visa levar o EaD à milhões de pessoas no interior do Brasil. Representa o assistencialismo educacional, onde o Estado julga está fazendo um favor às populações que não têm acesso à educação superior, mas “presenteando-os” com uma formação fictícia.

O EaD não é apenas o aligeiramento do ensino, já completamente reduzido e separado da pesquisa e da extensão, mas a destituição das suas características constituintes. O ensino sem diálogo, sem espaço para o contraditório, não constrói conhecimento. O ensino à distância só é capaz de promover o atrofiamento educacional. Em um ambiente onde impessoalmente se tenta guardar as informações passadas apenas através de recursos tecnológicos (TV, internet) não há assimilação do saber, pois este depende da interação dialética entre professor e os alunos. Tal prática só pode proporcionar a anulação do senso crítico, e a criação de uma geração de bitolados, com fictícia formação acadêmica.

As motivações políticas para difundir o EaD são muitas. Educar com qualidade exige que se gaste recursos para tanto, todavia, fingir educação - através do EaD - é bem barato. Assim o governo federal pode “incluir” milhões no ensino superior, possibilitando um ótimo *marketing* político, mesmo que a custo da boa-fé de todos os que acreditam na sua eficácia. E como não pode deixar de ser, o setor privado também se entusiasma com o Ensino à Distância. Se o custo dele é baixo, com retorno rápido, é óbvio que as empresas que exploram a educação o adoram.

Defendemos sempre a ampliação da educação superior pública e gratuita. Só que não em quaisquer condições. A ampliação que o Governo Lula tem forjado é perversa e atenta contra a própria educação. O aumento de número de vagas no Ensino Superior tem objetivos eleitoreiros, que inclusive foram muito bem utilizados na campanha presidencial de Lula. O que eles se obrigam a omitir é o caráter falso da ampliação, que se baseia na precarização da educação superior. A interiorização da UFAL é um exemplo disto, pois já nasceu sem condições reais de promover qualidade educativa. Seus *campi* não estão terminados, pois a UFAL no interior foi inaugurada às pressas antes das eleições, proporcionando ao Governo Petista e a deputados e senadores – com a ajuda da Reitora Ana Dayse –, mais números em suas propagandas fantasiosas.

Queremos uma ampliação que contemple o aumento e a multiplicação das universidades, com todas as características e condições que o termo exige. Por uma educação pública, gratuita, de qualidade, voltada para as classes trabalhadoras, e PRESENCIAL.

2.5 Privatização Interna das Universidades Públicas

A privatização interna é um dos componentes mais preciosos do processo de reforma universitária. Evidencia-se com ela a tática de ataque multilateral em prol da mercantilização da educação. Com variadas políticas aplicadas internamente, as universidades federais e estaduais têm permitido a sua privatização sem precisar que o projeto de lei a sacramento.

Com o governo se desresponsabilizando cada vez mais de financiar a educação superior, as instituições públicas são compelidas e estimuladas a buscarem o financiamento através do mercado e dos próprios estudantes. Desta forma, desde de FHC, elas vêm expandindo a cobrança de taxas (para emitir documentos, por exemplo), os cursos pagos de pós-graduação *latu sensu*, as parcerias com fundações privadas, enfim, qualquer que seja o meio. As instituições passaram a não somente se ocuparem em desempenhar suas atividades próprias, mas a se preocuparem obsessivamente com a captação de recursos.

Na maioria dos casos, estes expedientes usados são inconstitucionais. Todavia, a “caça” por recursos é tamanha que as administrações das IFES passam por cima da lei, obviamente, com a conivência Estatal. Os cursos pagos de pós-graduação *latu sensu* têm se disseminado assustadoramente, se transformando em grandes redutos de captação de dinheiro e onde, em vários casos, muitos docentes passam, ilegalmente e imoralmente, a incrementar sua renda pessoal. Estas especializações se multiplicam em detrimento dos mestrados e doutorados, onde não são permitidas de maneira alguma a cobrança de mensalidades. Isto acontece porque apesar dos cursos pagos de especialização serem também ilegais, as IES inventaram uma interpretação da constituição que não

obrigaria a gratuidade, ou melhor, forjaram uma brecha na mesma. Entretanto, muitos pareceres jurídicos, inclusive da ANDES-SN, atesta para ilegalidade da cobrança. De qualquer forma, é anti-ético, pois mercantiliza estes cursos.

A cobrança de taxas também é algo largamente utilizado. A universidade, para ser pública e gratuita, deve atuar integralmente neste sentido, o que significa em não cobrar nada de ninguém. A prática de cobrança das chamadas taxas acadêmicas além de ser também ilegal, é abusiva, pois faz com que as pessoas re-financiem, mesmo que em parte, a universidade, devendo esta ser mantida totalmente pelo Estado (através dos impostos).

O mais grave neste ponto da privatização interna, e que tem um peso importantíssimo no conjunto da reforma, é a questão das fundações privadas ditas de apoio à universidade. O que ocorre neste caso é a privatização do saber produzido pela universidade. As fundações privadas se associam à universidade, se aproveitando de seu respaldo social, com o intuito de se apropriar do conhecimento produzido lá. Elas aparentemente contribuem para universidade investindo nela, mas no fundo o que acontece é justamente o contrário. Pois, estas empresas, sempre com fins privados, se aproveitam de toda a estrutura (física e acadêmica) da IFES. No fim e a rigor, é a universidade que acaba financiando a fundação.

As fundações usurpam as universidades públicas em todos os níveis que lhe convém. Quando a universidade se atrela a estas empresas privadas ela perde a liberdade de construção do saber, pois este fica condicionado pelos interesses da fundação. A instituição superior fica refém da parceria, sendo esta a que determina sua produção científica. Como aparentemente a fundação paga aquele conhecimento produzido, ela passa a ser dona dele, direcionando-o da forma que melhor lhe aprouver. A Lei de Inovação Tecnológica (LIT), aprovada no Governo Lula, versa justamente sobre isso, permitindo que empresas privadas se apropriem sigilosamente de saberes produzidos em universidades. Isto vai diametralmente contra a necessidade imperativa de uma universidade pública ter sua produção também pública. A LIT vai contra a educação pública, pois representa a transferência de conhecimentos públicos para empresas privadas, que conseqüentemente o usam em benefício próprio.

Com Lula as privatizações internas das IFES assumem novos contornos, pois, além da LIT, ele regulamenta as Parcerias Público-Privadas (PPP's). As PPP's é uma forma de privatização do setor público sem precedentes na história do Brasil e de efeitos praticamente incalculáveis. Elas permitem que qualquer serviço público de responsabilidade Estatal seja dividido com o setor privado. Naturalmente, as universidades fazem parte deste bolo em que muitas empresas se lambuzam. Desta maneira, as PPP's permitem a expansão das fundações privadas nas universidades.

As privatizações internas demonstram que a universidade pública não precisa ir a leilão para servir a interesses privados. Em certa medida, é até melhor para o capital que ela se mantenha em parte pública (ou pelo menos algumas delas), já que permite a absorção de recursos públicos pelas empresas privadas. A apropriação privada dos conhecimentos é uma forma muito eficiente de mercantilização da educação superior. Sobretudo porque faz com que o governo banque grande parte dos custos desta produção.

Se uma empresa ligada ao setor sucro-alcooleiro se associa à universidade, vai querer que ela produza conhecimentos e tecnologias voltados para a cana-de-açúcar. Seria um contra-senso pensar que tal empresa se associaria a universidade e se contentaria caso a universidade decidisse que suas pesquisas seriam voltadas pra culturas alternativas que não sejam a cana-de-açúcar. Ora, neste caso "hipotético", a parceria seria um desperdício para a empresa canavieira, pois ela não se beneficiaria em nada com as pesquisas voltadas para feijão e mandioca. Entretanto, o que de fato ocorre é a universidade ficar refém da empresa e não ter mais liberdade e soberania sobre as decisões acerca de que objetos de estudo vai privilegiar, quais os meios que fará o estudo e, por conseqüente, o destino dos resultados da pesquisa. No nosso exemplo, fatalmente, a universidade seria um instrumento para a empresa sucro-alcooleira aumentar sua produtividade, ao custo das reais necessidades da sociedade.

Fundações ditas de apoio e PPP's são o extremo oposto de autonomia universitária. Apesar do governo e da UNE apregoar o contrário. Quando as IFES ficam submetidas a elas, estão se colocando diretamente a serviço do capital. De modo que suas atividades, pelo menos aquelas que estão permeadas por ele, passam a estar condicionadas pelas necessidades do mercado. A autonomia universitária, dentro do regime societário que vivemos, só é possível a partir do financiamento total pelo Estado. A integral manutenção Estatal é um pressuposto da autonomia universitária, porque é a partir daí que ela pode gerir livremente, dentro das suas próprias instâncias, as suas atividades.

2.6 Assistência Estudantil

A universidade está inserida nas contradições e desigualdades sociais que caracterizam a nossa sociedade. Seu objetivo deve ser o de contribuir para a superação destas contradições. A

potencialidade transformadora da universidade só se realiza quando ela contribui a favor das camadas populares na luta de classes. Para tanto é imprescindível que lutemos para que ela tome este viés.

Para cumprir esta função é obrigatório que se criem condições para os estudantes carentes não só entrem, mas que possam permanecer estudando. A assistência estudantil deve ser encarada como requisito impreterível e prioritário, pois é um meio de incidir diretamente nas desigualdades que permeiam o interior das próprias instituições públicas. As políticas de assistência estudantil devem ser encaradas como uma necessidade de garantir a inclusão das classes populares, sem a qual a universidade continuará elitizada, branca, e reproduzindo o sistema capitalista de exploração.

A Reforma Universitária vai completamente contra a assistência estudantil. Esta fica reduzida a gastos supérfluos, como denomina o Banco Mundial. Uma vez que a universidade se volta cada vez mais para o mercado e tenta-se adaptá-la para isto, a assistência estudantil é reduzida a custos desnecessários. Seguindo este raciocínio, o Governo Lula limita em irrisórios 9% do orçamento da IFES o gasto em assistência estudantil. Além da porcentagem ser muito abaixo do necessário, visto a prioridade que deve ter, some-se o fato dos orçamentos das IFES serem por sua vez bem menos do que deveriam. Ou seja, apenas 9% de um total já diminuto e em constantes cortes.

O fato do Governo Federal estrangular a assistência estudantil demonstra o seu desinteresse na educação pública e gratuita, da mesma forma que evidencia a falsa ampliação e inclusão social das universidades federais. Se o governo Lula estivesse realmente comprometido com o aumento qualitativo, bem como com a democratização da educação superior, investiria substancialmente na assistência estudantil. Contudo, sua política de investimentos e ampliação se baseia em programas como o Prouni, que como vimos, favorece o setor privado, e não garante a permanência dos estudantes carentes nas faculdades privadas, uma vez que não cria condições para isto, se limitando a pagar a bolsa total ou parcial ao estudante.

A luta em prol da assistência estudantil urge! Tanto porque é por meio dela que garantiremos educação às classes populares, como também por representar uma resistência à reforma universitária. A reforma pressupõe a depredação progressiva da assistência estudantil, portanto a luta pela sua expansão tem um caráter anti-mercantilização da educação.

3. A Privatização Interna na UFAL

A Universidade Federal de Alagoas tem sido um cenário ativo da Reforma Universitária. Muitos aspectos tratados neste texto podem tranquilamente ser observados em várias de suas manifestações na UFAL. É importante que saibamos que a reforma interna sempre se dá de acordo com as correlações de forças locais e com o contexto em que se insere. Podemos ver isto nitidamente selecionando alguns pontos e momentos característicos que temos presenciados em nossa universidade.

A primeira questão é a disseminação da ideologia neoliberal e todo o arcabouço conceitual que ela impõe na comunidade acadêmica da UFAL. Grande parte do corpo docente e até mesmo discente, compartilha de visões que, mesmo sem perceberem, acarretam na mercantilização da educação superior. As direções das unidades acadêmicas e as coordenações de curso, em grande medida, muitas vezes têm favorecido a reforma interna da UFAL. Contudo, o nosso maior inimigo é a atual gestão da reitoria, que adere ao receituário neoliberal de forma consciente e apoiada.

A gestão da Reitora Ana Dayse tem sido, desde seu início, uma aliada do Governo Lula que aprofunda o projeto de privatização das universidades. Isto ficou patente quando em 2005 quis extinguir a Pro-Reitoria Estudantil, numa política de franco ataque à assistência estudantil. Neste mesmo processo, a reitoria levou a cabo a criação das unidades acadêmicas, permitindo uma maior flexibilização interna da universidade. Leia-se por flexibilização interna a possibilidade que as unidades possam captar recursos no mercado. Além de todas as implicações disto, já explicitadas neste texto, note-se que estes recursos não se generalizam para as demais unidades, se restringindo aquela que captou. Dando assim maior agilidade para a privatização interna da UFAL. A criação das Unidades Acadêmicas se deu de modo extremamente atropelado, sem que a comunidade acadêmica pudesse sequer fazer a mínima reflexão. Foi imposta de forma autoritária, como trata-se de algo meramente técnico, sem determinações políticas, e que iria modernizar a gestão da UFAL (o real sentido da modernização não se questionou).

Outra modalidade de privatização interna é a cobrança de taxas acadêmicas no DRCA (antigo-DAA). Com a ocupação do gabinete da reitoria no ano passado, os estudantes conseguiram que parte destas taxas ilegais fossem extintas, contudo somente para os estudantes de instituições públicas. Assim, a UFAL permanece cobrando para emitir documentos que ela tem a obrigação de dispor gratuitamente. Para evitar que o movimento estudantil não reclame, parte do dinheiro arrecadado com as taxas foram vinculados à assistência estudantil. Sórdida tática. A assistência estudantil é um dever da universidade, que deve ser garantida a partir dos seus próprios recursos, e não fazendo com que os estudantes paguem indiretamente por ela.

Os cursos pagos de pós-graduação *latu senso* viraram uma verdadeira febre na UFAL. A atual gestão da reitoria tem incentivado esta prática, ajudando a aprovar a abertura de tais cursos. Esses cursos, que cobram mensalidades dos seus estudantes, muitas vezes não têm a mínima referência social, sendo voltados meramente para o mercado. Além da inconstitucionalidade, se aproveitam de toda a estrutura acadêmica da UFAL, e não raras vezes, vários docentes têm se aproveitado financeiramente deles.

De instituição que deveria ser inteiramente pública e gratuita, a UFAL tem se mercantilizado cada vez mais. O Espaço Cultural, localizado em frente a praça Sinimbu, vem tomando maiores contornos privados a cada dia: com cursos de línguas pagos e uso de suas dependências por cursinhos pré-vestibulares privados entre outras atividades. O CECA, por sua vez, já há muito tempo é um reduto dos usineiros. Enfim, todos os cursos da universidade, em maior ou menor grau, tem sua formação voltada para as demandas de mercado, secundarizando as necessidades sociais.

A mercantilização da UFAL, a exemplo de outras federais, se dá de modo perigosamente sutil. Com medidas graduais, e não raras vezes disfarçadas por falsas pretensões sociais. Este é o caso da sua interiorização. Sabemos da necessidade de levar a educação superior para o interior, contudo não compactuamos com a maneira farsante que foi feita. Cursos voltados inteiramente para o mercado e que já iniciam suas atividades de forma precarizada. Afora que já nasceram em sua maioria intimamente vinculados à iniciativas privadas.

Continuamente nos deparamos com medidas que atentam contra o caráter público e gratuito da UFAL. Não podemos ser coniventes a elas. A resistência à mercantilização deve acontecer em cada campus, em cada unidade e em cada curso. Sobretudo, não podemos naturalizar o que muitas vezes são consideradas pequenas medidas de caráter urgentes, mas que guardam veladamente gravíssimas consequências.

3.1 O Domínio da Agroindústria Sucro-Alcooleira em Alagoas e o Papel da UFAL

O capitalismo é um sistema criador de misérias que se desenvolve de modo desigual. Na condição de país de capitalismo periférico marcado pela sua origem colonial e escravocrata, o Brasil sofre mais com as contradições deste sistema do que os países centrais. E, no próprio Brasil, algumas regiões (Norte-Nordeste) acabam acumulando mais miséria do que outras (Sudeste-Sul). Estas desigualdades regionais entre os países e no interior deles, se combinam, sendo próprias do capitalismo, que se alimenta das mesmas para sua reprodução. Neste sentido, Alagoas se caracteriza como extrema periferia do capitalismo. É um dos estados mais pobres, dentro de uma região atrasada como o Nordeste, que, por sua vez, é mais atrasada que o atrasado Brasil. Assim, a exploração do povo alagoano vai até as últimas consequências, sendo multiplicada pela posição em que está submetida.

Com o processo de subordinação regional, sob a hegemonia do Sudeste, do capitalismo periférico brasileiro, há uma articulação entre as classes dominantes das diferentes regiões. A manutenção da estrutura social, o domínio burguês na luta de classes à nível nacional, obriga a relação pactual entre as elites nordestinas e a burguesia sudestina. Assim, a industrialização do nordeste se deu de modo parcial e residual, marcada pela relação com o latifúndio e suas oligarquias agrárias. Os diversos setores dominantes (do algodoeiro ao da pecuária, passando pelo canavieiro), que variam periodicamente de acordo com as sub-regiões e os momentos históricos específicos, só reafirmaram continuamente este processo.

A particularidade de Alagoas se dá pelo fato do setor canavieiro ter conquistado, literalmente, o aparelho público do estado, e usá-lo para sua própria sobrevivência econômica e política. Desta forma, os usineiros se mantiveram até hoje dominando a sociedade alagoana, criando em torno de Alagoas uma redoma impermeável a qualquer processo de diferenciação econômica, submetendo o estado a sua supremacia. Portanto, não é por vocação, que a economia alagoana ainda hoje é centrada na agroindústria canavieira.

A agroindústria sucro-alcooleira além de atrelar toda a estrutura produtiva a si - criando ao seu redor uma série de empresas que se relacionam, pelo menos indiretamente, a ela -, de ter o poder público estadual nas mãos, ainda busca se apropriar de toda criação científica e técnica que possa lhe dá mais lucros. É aí que entra a UFAL. Como precisa se adequar aos novos paradigmas produtivos contemporâneos, aumentar a sua produtividade e ter melhores condições de competição em nível nacional e internacional, o setor passa a buscar, entre outros lugares, na UFAL os meios para tanto.

Se vivemos em plena conjuntura neoliberal, onde se tentar colocar totalmente a educação superior à serviço direto do mercado, em Alagoas, o protagonista deste assalto à universidade não poderia ser outro a não ser a agroindústria canavieira. Por isso que o grosso da pesquisa da UFAL é voltado para cana-de-açúcar. Como exemplo, basta citar que a UFAL participa, com muito sucesso, do programa de melhoramento genético da cana-de-açúcar. Importante frisar que a UFAL participa da

RIDESA (Rede Interinstitucional de Desenvolvimento do Setor Sucro-alcooleiro), um importante espaço para este setor, que se utiliza do espaço público para apropriação científico-tecnológico. Além disso, ressalte-se que ela é uma instituição periférica em relação ao conjunto das IFES, o que a relega a uma posição de mera formadora de profissionais para o mercado de trabalho, despojando-a de pesquisas socialmente relevantes. Desse modo, a pequena parcela de recursos voltados para pesquisa fica direcionado, em grande medida, para a monocultura da cana-de-açúcar.

A rentabilidade da agroindústria sucro-alcooleira é fundamentada na modernização parcial, onde se conjuga incremento tecnológico e aumento de produtividade com formas tipicamente atrasadas de exploração do trabalho. Isto explica a profunda desigualdade social de Alagoas, que supera a média nacional. O contraste entre usineiros milionários e bóias-frias miseráveis, com todas as conseqüências sociais decorrentes, são produtos do sistema gerado pela agroindústria canavieira. A íntima conexão política e econômica entre o poder público e o setor sucro-alcooleiro, o desemprego estrutural com milhares de trabalhadores dependentes da cana, o latifúndio, a destruição ambiental, são alguns elementos que garantem o lucro das Usinas e sem os quais elas não poderiam sobreviver.

Ao se transformar em mais um reduto do setor canavieiro, a UFAL serve aos interesses daqueles que são os maiores responsáveis pela miséria de Alagoas. Sendo objetivamente impossível os canais alagoanos propiciarem condições dignas de trabalho, a universidade passa a ajudar a reproduzir as relações sociais que fundamentam a extração de sobretrabalho, relações estas que asseguram a posição que a cana-de-açúcar mantém no estado. Ela simplesmente ajuda a aumentar a produtividade do setor, a sua expansão, entretanto vai sempre ser incapaz de modificar as condições de trabalho, bem como a existência do latifúndio.

Em razão da predominância do latifúndio, por causa da monocultura da cana-de-açúcar, Alagoas não é auto-suficiente na produção de alimentos. A maior parte dos produtos básicos consumidos pelos alagoanos vem de outros estados. Qual é o papel da UFAL neste quadro? Continuar favorecendo o latifúndio dos usineiros ou incentivar a agricultura familiar junto aos movimentos sociais? Apesar de ela constantemente se colocar ao lado dos usineiros e do latifúndio, devemos lutar pela segunda opção, o que só é possível com pressão estudantil e popular.

A UFAL, com a máxima presteza da reitora Ana Dayse, tem assumido os interesses do setor sucro-alcooleiro. Desse modo, faz exatamente o extremo oposto do que deveria ao contribuir para que Alagoas continue nas mãos daqueles que há quase 500 anos vem disseminando a espolição, a violência, e os mais altos níveis de exploração e miséria. Devemos nos postar radicalmente contra este caminho que a universidade tem seguido tão subalternamente.

4. Destruir a Reforma Privatista para que ela não destrua a Universidade Pública e Gratuita!

O ataque a universidade brasileira vem de todos os *fronts*. Os sucessivos governos neoliberais, tanto FHC como Lula, impõem a reforma universitária privatista, seja com Projetos de Leis ou com autoritárias Medidas Provisórias de todos os tipos. Por outro lado, internamente as IFES vão cedendo a pressão mercadológica e naturalizando a mercantilização da educação superior pública. A cada dia, a universidade brasileira esta menos pública, menos gratuita, com menos qualidade e mais distante dos interesses populares.

O processo de reforma universitária é extremamente complexo e truculento, até porque está vinculado a toda uma dinâmica mundial. Não se esgota em uma mera política específica, mas está atrelada a um processo global de reprodução do capital. No entanto, é precisamente por isso que a luta contra a reforma universitária, por sua vez, também toma contornos maiores. Impedir que a educação se subordine aos interesses do capital, significa entrar em choque direto com ele, daí a luta ser tão árdua e assumir proporções grandes para ambos os lados. Quer queira quer não, o embate entre Trabalho e Capital está também dentro dos muros da universidade, e em cada sala de aula.

Diante desses ataques, o movimento estudantil deve responder a altura: combatendo o Governo Lula e aqueles que implementam a reforma internamente (Reitoria, Diretores de Unidade, Coordenadores etc.). Esta luta não pode ser feita, com a devida profundidade, sem entendermos que ela deve necessariamente se conjugar a uma luta anti-capital e que aponte para a construção de uma universidade à serviço das classes trabalhadoras.

- Contra a Reforma Universitária do Governo Lula.
- Contra o ProUni, as PPP's, a Lei de Inovação Tecnológica e o SINAES (Enade), entendendo como partes integrantes de todo o processo de Reforma Universitária privatista, o qual vai além de seu anteprojeto de lei.
- Boicotar o Enade, organizando previamente discussão nas bases e fornecendo material para campanha (panfletos, adesivos etc). Por uma avaliação de verdade!

- Denunciar sistematicamente a relação nociva estabelecida entre a UFAL e os usineiros de Alagoas, fazendo o debate do papel social a cumprir pela universidade e sempre pressionando para que a mesma tome posição e ações em defesa das camadas populares e seus movimentos.
- Relacionar todas as lutas internas travadas na universidade (tais como contra a taxas acadêmicas, cursos pagos, pela assistência estudantil, contra a apropriação privada do espaço e conhecimento produzido na UFAL etc) com a luta contra a Reforma Universitária do Governo Lula.
- Mais verbas para a educação – Verba pública para a universidade pública.

PARTE III

MOVIMENTO ESTUDANTIL

1. Movimento Estudantil: seu caráter, limites e potencialidades

Antes de nos lançarmos para analisar a atual conjuntura do Movimento Estudantil (ME) e seus desafios, entendemos como de fundamental importância discutir o que se entende por Movimento Estudantil. E aqui estamos nos detendo ao movimento estudantil universitário, objeto de discussão do presente documento, embora vários elementos também possam ser estendidos numa análise mais abrangente do ME.

Esclarecido os limites e intenção dessa introdução inicial, nos detemos à questão. Podemos enquadrar o Movimento Estudantil enquanto parte integrante do conjunto de movimentos sociais. Os movimentos sociais, por sua vez, se caracterizam por aglutinar determinada categoria social, possuindo necessidades e aspirações em comum. Ao falarmos de necessidades e aspirações em comum, não afirmamos uma homogeneidade dos movimentos sociais. Muito pelo contrário, os movimentos sociais são amplos, e isso é justamente por, ao menos inicialmente, se deter nas questões mais imediatas. Ex: o Movimento Sem Terra luta pela terra, o de Sem Tetos por moradia, o estudantil tem na educação o foco principal de suas reivindicações e lutas. Ao dizer isso, afirmamos o óbvio, mas é condição indispensável para o entendimento da questão.

Decorrente disso, os movimentos sociais se caracterizam por serem espaços mais amplos, abertos, necessariamente plurais, pois não são formados a partir de questões mais estritamente políticas, e sim a partir de demandas imediatas, materiais, comuns aquele conjunto de indivíduos. Nesse sentido, o que põe o Movimento Estudantil, assim como os diversos movimentos sociais, mais à esquerda ou mais à direita na luta de classes, é a articulação feita entre as demandas de seu próprio movimento com a totalidade social.

Mas ao falarmos de Movimento Estudantil é preciso, sobretudo, falar de suas particularidades. Não estamos falando de um movimento o qual está na esfera da produção, como operários, ou mesmo de qualquer outro movimento formado estritamente no seio da classe trabalhadora. No ME, por seu espaço de formação ser a educação, ele não se forma necessariamente por estudantes pobres, negros, trabalhadores, isso ainda fica particularmente mais claro quando falamos de universidade. Assim, o mesmo possui um caráter policlassista, ou seja, abarca diferentes classes sociais em seu seio. Isso já nos permite afirmar que **o movimento estudantil não é revolucionário**. Mas, sem permitir que os reformistas dêem “vivas”, é importante frisar que isso não impede de que o mesmo **faça uma opção de classe**. Aliás, mesmo que não assuma uma opção de classe, o ME estará necessariamente ou a serviço da transformação social, ou a serviço de sua conservação.

O movimento estudantil pode e deve assumir uma postura de classe, uma postura que condiciona suas demandas aos interesses do conjunto da classe trabalhadora. No entanto, é fato notório que ao ser composto tendo como foco a universidade, ele implicará em uma composição muitas vezes de estudantes oriundos da pequena-burguesia, o que reflete decisivamente sob suas possibilidades de intervenção social (alcance e impacto na sociedade).

Outro aspecto importante ao falar de Movimento Estudantil é o seu caráter passageiro na vida de cada indivíduo. O período da vida de um estudante na universidade é de mais ou menos cinco anos e ainda assim, não implica necessariamente dizer cinco anos de dedicação ao mesmo. Isso acarreta em conseqüências diretas, evidenciadas na própria dificuldade do Movimento Estudantil formular uma política mais conseqüente e consistente para as suas lutas. A descontinuidade no ME é forte pela grande rotatividade de militância, e por isso um constante trabalho de formação política é indispensável para que não se “comece do zero”. Mas, é importante que se diga: nem mesmo isso garante a “chama acesa”. Portanto, a rápida renovação do movimento o coloca muitas vezes mais refém das circunstâncias e mais propício a dispersão, caso não se olhe sob esta perspectiva de manter ativo um trabalho iniciado, de buscar sempre tomar conhecimento das experiências passadas e dos debates formulados. Não é à toa que muitas vezes vemos um CA, um DCE ou o movimento de forma geral, oscilar constantemente, tendo sempre que “recomeçar”. Isso é recorrente no movimento,

inclusive pela sua própria falta de documentação histórica. Não raras vezes, ao invés de andar firme e adiante, anda-se em círculos.

Por fim, não podemos deixar de enfatizar a importância que o movimento estudantil tem na formação de lutadores. Se o Movimento Estudantil é passageiro na vida de cada indivíduo, ele pode e deve ser uma mola propulsora de lutadores do povo, de indivíduos que prossigam sua militância seja no espaço de atuação da sua área profissional, seja em ligação direta com outros movimentos sociais, sindicatos, etc. E sob este aspecto, o movimento de área ou do curso, em especial, podem fornecer perspectivas de atuação social.

2. Ideologia e Movimento Estudantil: transformar ou reproduzir? (entre a prática e o praticismo)

Após uma discussão inicial, circunscrevendo a composição e espaço de atuação do Movimento Estudantil, nos deteremos a discutir aqui as formas em que o mesmo toma ou deve tomar, levando em consideração os elementos já citados. Discutir o papel do movimento estudantil, seja tal como entendemos que ele deva cumprir e tal como ele muitas vezes se apresenta, é de fundamental importância na construção de uma intervenção política condizente com os desafios históricos.

Antes de qualquer coisa, é impensável conceber o ME enquanto algo isolado, que pode ser apreendido descolado da própria realidade ao qual esteja inserido e o momento histórico ao qual é tratado. Então, circunscrever o Movimento Estudantil dentro de uma totalidade social é, sobretudo, compreender o seu papel nas lutas sociais e suas possibilidades de avanço perante elas. Construir e assumir uma concepção de mundo se põe enquanto condição determinante para a prática política a ser desempenhada. Quando falamos que o ME deve fazer uma opção de classe e tomar como suas as lutas dos trabalhadores, é por entender a existência da luta de classes, entendendo que a mesma se faz também no campo da educação e tomando partido perante ela.

É evidente que mesmo tomando o ponto de vista da classe trabalhadora, pode-se ter variadas compreensões do momento histórico analisado, das lutas vivenciadas. Os movimentos sociais não são espaços de consenso, mas podem e devem construir uma compreensão da realidade social e, a partir dela, ter maiores condições teóricas e políticas de formular uma atuação coerente que articule suas demandas mais imediatas sem perder de vista o horizonte de emancipação humana.

Todavia, por mais que a atuação e intervenção do movimento estudantil sejam pensadas sob perspectivas maiores, ela esta delimitada sob um campo e contexto específico. É nosso caso é a educação, especialmente o ensino superior. É aí que a compreensão e construção de uma visão de mundo surge enquanto norteadora de qualquer prática política, um instrumento indispensável para dar a amplitude necessária aos processos sofridos no campo da educação. Sem desconsiderar as particularidades da luta em determinado campo, é importante ter o entendimento da dimensão e a articulação presente entre cada campo social em específico com a totalidade social. Porém, frisamos que isso somente não basta para sustentar os debates diários, por mais que venha a ser o alicerce de qualquer programa político a ser utilizado. Para não cair em um “abstracionismo” ao se opor ao puro “empirismo”, faz-se necessário criar a ponte entre o “micro” e o “macro” como se costumou dizer. Ou seja, a partir das lutas mais específicas do contexto educacional, poder elevar o nível do debate e confronto para um questionamento da própria organização da sociedade. É preciso desfragmentar a realidade que é apresentada cada vez mais fragmentada pelo pensamento liberal e “pós-moderno”.

A forte presença da ideologia burguesa no seio da Universidade, refletida no individualismo reinante neste espaço e na própria produção do conhecimento voltado para o mercado, mais ainda em tempos de ofensiva neoliberal (claro que com resistências), coloca na ordem do dia **a necessidade da construção de um Movimento Estudantil combativo e que sustente minimamente suas bandeiras de luta. Isso passa pelo próprio armamento político-ideológico deste movimento**, tanto em relação às questões específicas da Educação, quanto ao contexto global ao qual ela está submetida. Mas não é isso que se costuma ver. O ME tem estado cada vez mais desfocado quanto ao seu papel. É um Movimento Estudantil que não reflete sobre si e seu papel, que não busca apreender as experiências de lutas históricas e a realidade a qual se insere, tende certamente a cair num pragmatismo que o faz correr atrás dos acontecimentos, que faz “isso” ou “aquilo” simplesmente porque “tem que fazer”, sem se dar o trabalho de refletir sobre o porquê e o para quê. Fazer o que o imediato aponta, sem refletir e formular uma prática política consistente nos leva a cair numa postura voluntarista, muitas vezes carregada de boas intenções, mas incapaz de dar conta dos desafios históricos e de pensar para além do imediato. Acaba-se por construir “o nada em cima de coisa alguma”, fruto de uma militância vazia que cedo ou tarde, nos momentos mais decisivos terá exposta sua fragilidade.

O movimento estudantil certamente não se encontra à altura de seus desafios. Claro que isso não é particularidade do ME, sendo antes de tudo um próprio reflexo da perda de referencial da esquerda socialista, quando boa parte se perde nas ilusões eleitorais e reformistas (cada vez mais à direita) e/ou mantém uma aparência caricatural que tenta encobrir suas debilidades teóricas e

políticas evidenciadas nas suas práticas concretas. Reconhecer essa situação é o princípio da possibilidade de superar tal estado de coisas e buscar essa superação é a obrigação daqueles que entendem que o movimento estudantil pode cumprir um papel de agente transformador da realidade social, por mais secundário que este papel possa ser. Mas para cumprir este papel, é de fundamental importância o contato, solidariedade e luta conjunta com os trabalhadores. É preciso levar a universidade para os trabalhadores e trazer os trabalhadores à universidade.

A “cara” do ME deve ser a cara do povo pobre e oprimido, não a de um “shopping center”. Um movimento que fale para e com o povo pobre e oprimido. Que faça da universidade uma trincheira na luta de classes, não um espaço de conservação e reprodução do mesmo, muitas vezes velado em discursos fáceis ou “agregadores” postos no interior do próprio movimento, que exaltam uma “pluralidade” que vira “qualquer coisa”. Acontece que “qualquer coisa” numa sociedade de classes é algo bem definido, é a dissimulação do confronto e dos interesses de classe, favorecendo o lado mais forte, o lado dominante. E o papel do ME não é dissimular o confronto de classes, muito pelo contrário, um ME combativo evidencia este antagonismo em cada luta travada, em cada debate formulado, por entender que ao discutir projetos de educação se discute também projetos de sociedade e que uma e outra coisa não são senão a mesma coisa: luta de classes.

Um movimento que “lute para estudar e estude para lutar”. Ou seja, que entenda que a construção da educação e da produção do conhecimento a serviço da classe trabalhadora é realizada através de uma incansável luta e também que, esta luta, para não cair na simples “boa vontade” ou mesmo para não ser engolida pela correria do dia a dia, deve ser refletida, discutida, planejada, questionada e jamais esgotada.

3. A União Nacional dos Estudantes (UNE)

A formação da UNE se deu através do 1º Conselho Nacional de Estudantes realizado em agosto de 1937 e convocado pela Casa Brasileira do Estudante (CBE). A CBE existia desde 1929, mas não passava de um órgão “para-oficial”, atrelado ao Estado, e tendo um caráter assistencialista. Portanto, é correto dizer que **a UNE nasce a partir de uma necessidade de maior autonomia de organização dos estudantes perante o Estado**. No ano seguinte a sua formação, a entidade começa a tomar contornos mais políticos no sentido de buscar intervir nos acontecimentos da sociedade brasileira e inicia uma discussão em torno de uma Reforma Universitária. Podemos dizer que aqui nasce o movimento estudantil organizado no Brasil.

Tendo como norte de suas posturas um forte nacionalismo, os primeiros 20 anos da entidade são marcados pela participação de mobilizações em torno da “defesa do Brasil”, ora mais à direita, ora mais à esquerda. Somente a partir dos anos 60 é que a UNE será identificada com mais clareza enquanto uma entidade estudantil voltada para as lutas sociais.

3.1 *Desenvolvimento político da entidade*

Discutir o desenvolvimento político da UNE é, em não raros momentos, discutir a própria esquerda brasileira. Cabe frisar que a UNE não nasce já para as lutas, torna-se para as lutas. Isso se deve especialmente pelo início de atuação organizada de uma militância de esquerda no meio estudantil e que é propiciado por uma expansão das universidades na educação brasileira, ocorrida nos anos 60.

A UNE basicamente torna-se um instrumento de luta estudantil a partir do avanço da esquerda católica que assume a entidade no ano de 1961. Vemos na época nascer a “teologia da libertação” com um ideário de “conciliar humanismo cristão e marxismo”, uma busca de construir a “terceira via” entre o capitalismo e o “comunismo”, tendo como parâmetro deste último a experiência nos países do leste europeu (lembramos que estávamos no período de Guerra Fria, com EUA e URSS empreendendo uma política imperialista no mundo). A partir de uma política levada à cabo pela Igreja Católica de aproximação junto a população, teremos a formação da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). Mas logo em seguida tem-se um rompimento com a hierarquia da Igreja e o seu resultado é a formação da Ação Popular (AP). Esta agrupação vai desempenhar uma forte influência nos movimentos sociais, e boa parte de intelectuais de esquerda que capitularam ou não ao projeto eleitoral do PT são remanescentes dela.

O contexto nacional no qual se inscreve a forte influência da esquerda católica é de certa polarização no país em torno de reformas de base, de cunho nacionalista e populista. Essa forte pressão popular por mudanças estruturais ocorrida no governo de João Goulart, marca a entrada com mais força da pauta de Reforma Agrária a ser reivindicada pelas organizações de esquerda. Temos a formação da Frente Nacionalista e Popular com participação de vários segmentos populares (operário, camponês e estudantil) e a UNE ficando espaço nela como um dos pólos mais radicais levantando a consigna de “União Estudantil-Operário-Camponesa”, assumindo uma posição de classe. A forte ascensão de movimentos de massa tem como resposta da burguesia o golpe militar

em 1964. Antes disso, a UNE irá iniciar um debate sobre uma Reforma Universitária pautada pela adequação da universidade aos “interesses nacionais”. Junto a isso, outra bandeira também relacionada e que foi motivação para a primeira greve estudantil de caráter nacional, foi a reivindicação de participação estudantil em 1/3 nos órgãos colegiados da universidade.

Com o golpe militar de 1964 a resposta estudantil quase que se deteve ao círculo de militantes, sem encontrar maiores forças no grosso dos estudantes universitários, os quais num primeiro momento se colocam “alheios” ao golpe ou mesmo sensibilizados pela forte campanha anti-comunista realizada não só no Brasil, mas no mundo todo. Não menos importante frisar, é que tal situação também é fruto da própria incapacidade da esquerda brasileira da época em prever o golpe de Estado e se organizar para uma contra-ofensiva.

O período de ditadura militar é um momento particularmente especial na história da UNE, pois o movimento estudantil irá assumir um papel de destaque na resistência ao regime. Certamente não poderiam ser os estudantes os principais agentes transformadores da sociedade, ainda mais quando se encontram em uma situação de isolamento e de esfacelamento das organizações de classe com a forte repressão desencadeada. Mas a importância do protagonismo estudantil na resistência à ditadura e a força que o mesmo residia são evidenciadas quando no dia seguinte ao golpe temos o incêndio à sede da UNE no Rio de Janeiro. Em 1968 temos também a invasão na UnB, e em outubro do mesmo ano um congresso da UNE tendo que ser realizado de forma clandestina em Ibiúna (SP) é localizado e invadido pelas forças de repressão, levando vários militantes presos.

Depois desse episódio a UNE praticamente só reaparece já perto do final dos anos 70, fazendo mobilizações e passeatas em torno da luta pela anistia política e aproveitando certa “tolerância” que começa a surgir no já em abrandamento, regime militar.

Na ditadura militar dois golpes serão dados às bandeiras levantadas pelo movimento. Uma é em relação à participação/organização autônoma do ME, atacada com a “Lei Suplicy” (do Ministro Flávio Suplicy) que tinha como meta controlar as entidades estudantis sob a vigilância do Estado e colocava a UNE na ilegalidade. A outra questão é o próprio projeto de Reforma Universitária da ditadura militar inspirada no modelo norte-americano, o qual favorável ao ensino pago direcionava a universidade a uma lógica de mercado. Era uma ofensiva à concepção de universidade “voltada aos interesses nacionais” e de caráter público e gratuito que a UNE defendia até então.

Passada a ditadura (sem deixar de se fazer um “acordão” entre as elites, inclusive a chegada de Sarney, oriundo da ditadura, como o primeiro presidente da nova república é emblemático), a UNE que fez seu congresso de re-fundação em 1979 terá um papel mais apagado a partir dos anos 80, embora tenha participado das mobilizações das “Diretas Já!”. Uma nova aparição com maior relevância é no processo de impeachment de Collor em 1992, com os “caras-pintadas”, sendo que já se trata de algo muito mais “midiático” do que combativo, até mesmo porque a UNE levanta não mais do que “ética na política”.

Foi justamente a partir dos anos 80 que a UNE irá sofrer um forte processo de aparelhamento da entidade pelo PT e, principalmente, pela UJS/PCdoB (que se mantém há mais de 16 anos como maioria na diretoria). Para reforçar, a carência de maior protagonismo nas lutas sociais, efeito de um deslocamento destas lutas para a decisão na esfera parlamentar, ainda mais motivada pela “redemocratização”, leva a constituição de uma burocracia em torno de sua diretoria. A consequência política desse processo culmina no esgotamento da entidade enquanto instrumento de luta. Mas isso será discutido nos itens seguintes.

É interessante discutir quanto a esse breve remonte histórico da UNE, a orientação política que vem permeando a entidade, fruto, evidentemente, de sua própria composição hegemônica que tinha como base a esquerda católica e posteriormente o PCdoB/UJS mais o PT, este tendo como base de sua formação também esta mesma esquerda. Em comum a eles existia e ainda persiste a idéia de “**nacional-desenvolvimentismo**”, o qual também sofre suas modificações e adaptações ao longo dos anos, mas mantendo sua raiz: a **colaboração de classe**.

Tal concepção é oriunda de uma idéia que coloca o Brasil na égide de “modelos” e “esquemas” construídos a partir de outras realidades, formações sociais e distinto momento histórico. Seria a idéia de que o Brasil, na medida em que não completou a sua “revolução burguesa” (a conquista plena de direitos políticos e jurídicos, a igualdade formal), precisaria superar tal “etapa” para a partir daí sonhar “vãos mais altos”. A estratégia “nacional-desenvolvimentista” parte de premissas equivocadas. Põe como condição de superação de país subdesenvolvido, dependente do capital estrangeiro, a insurgência de uma burguesia nacional que assume o papel de construir uma política soberana. Ledo engano, o Brasil não irá construir uma burguesia “independente” ou “autônoma” e isto nunca fez parte dos planos desta, nem mesmo o papel ao qual ela é relegada pelo capitalismo mundial permitem. Nos anos áureos da UNE, a conjuntura política-econômica nacional e internacional, permitiam que a idéia do “nacional-desenvolvimentismo” colhesse frutos nos países de terceiro mundo, em especial na América Latina que teve como maior expressão à esquerda o governo de Salvador Allende no Chile, assassinado em 1973.

No dia 9 de novembro de 2006, pouco mais de um mês da confirmação da reeleição de Lula, a UNE declarou em reunião da sua executiva posição favorável ao “desenvolvimento nacional” (possibilitada através da baixa de juros – porque então não chamaram voto no Alckmin, oras?) e deliberando inclusive mobilização em torno da questão. É a mesma ladainha de sempre, estando agora mais chique e atrelada à política de Estado, eleitoreira, sem nenhuma perspectiva de mudança substancial e de controle dos trabalhadores. Ao invés de se buscar construir uma política própria, autônoma, ainda que não tome contornos revolucionários, os movimentos sociais e dos trabalhadores são postos na esteira da agenda política da burguesia, sendo levados a reboque por ela e pelas brigas por mais lucros pelas frações da burguesia.

A UNE que nasceu por uma necessidade de autonomia perante o Estado para desenvolver e construir sua própria política e reivindicações, hoje se põe cada vez mais na colaboração com o mesmo, se incorpora a ele.

3.2 Por que romper com a UNE?

A discussão de rompimento com a UNE não é tão nova. Temos a cerca de 10 anos atrás fatos de maior projeção que evidenciam a questão, tomada, sobretudo, em torno da cristalização de uma burocracia na entidade que tem ela como fim em si mesmo, ou seja, sua razão de existência é a sua própria auto-reprodução.

No Congresso da UNE de 1997 correntes do PT instigaram a queima de crachás alegando ali uma ruptura com aquele congresso. Sendo que não poucos o fizeram por algo mais, pondo em questão a própria entidade. No CONUNE seguinte, com a participação do Bloco Rompendo Amarras (formado especialmente pelo PSTU e a então esquerda do PT), ao se opor a uma proposta da UJS/PCdoB de “funis”¹ para a delegação ao Congresso Nacional da entidade, o Bloco se pôs fora do ginásio do Mineirinho em Belo Horizonte, ameaçando romper com a UNE caso essa proposta não fosse retirada. A UJS cedeu e retirou a proposta.

Assim, nesses dois episódios identificamos um já acumulado descontentamento com os rumos da entidade. No entanto, o que vemos hoje é um “pacto” entre várias correntes e agrupações que constroem a UNE para fazer sua defesa. Uma defesa pouco sincera, diga-se de passagem, se for pra falar de instrumento de luta. Uma defesa condicionada aos cargos que são distribuídos pela entidade aos partidos e suas correntes.²

Levar a discussão de rompimento com a UNE é entender que estamos falando de perspectivas de classe. Na UNE a perspectiva da classe trabalhadora, de defesa ao ensino público e gratuito, não encontra mais espaço ou é levada de forma enviesada. **Hoje, mais do que nunca, falar de luta estudantil, de ao menos resistência às políticas neoliberais é pôr em questão a UNE e o seu papel.** Mais que um instrumento morto, ela torna-se um obstáculo na medida em que se põe na defesa incondicional das “novas” velhas políticas para a educação.

a) Organização x Burocracia

Muitas vezes tende-se a misturar organização com burocracia. Seja para “fins didáticos” ou por incompreensão do que vem a ser uma burocracia, se faz necessário, para uma análise mais apurada de suas manifestações, limpar o terreno. A organização é necessária, indispensável a qualquer corpo social. A condição de ser social de homens e mulheres os leva a se organizarem entre si. Portanto, uma organização representa em larga medida métodos, concepções e práticas levados a cabo por aquele corpo social em questão.

¹ A proposta de “funis” consistia na realização de encontros estaduais para a partir deles definir a delegação para o Congresso Nacional. Esse artifício foi aprovado na UBES e faz a UJS exercer um domínio no movimento secundarista ainda maior do que o exercido na UNE. Na UBES funciona da seguinte maneira: escolas de até dois mil estudantes tiram um delegado, com mais de dois mil tiram dois. Depois tem a etapa estadual em que a cada cinco delegados um é eleito para o encontro nacional. Um “afunilamento” que se insere numa lógica altamente aparatista e que só favorece a instalação de burocracias e sua auto-reprodução. Isso sem contar toda uma gama de manobras e fraudes existentes durante todo o processo de afunilamento.

² Nesse ano de 2006 um e-mail interno da corrente Articulação de Esquerda (AE) do PT vazou e percorreu todas as listas de e-mail do ME. Nele Mauricio Piccin (1º vice-presidente da UNE e militante da AE) relata que no congresso da UEP (União dos Estudantes de Pernambuco) a AE garantiu vitória da UJS, fazendo três militantes orgânicos seus (da AE) votarem em proposta da UJS (eleição congressual – como na própria UNE). Isso foi decisivo para a vitória dessa proposta e de quebra tirava o peso da derrota de eleições diretas (defendida por outros grupos) da AE, já que, segundo o próprio Piccin, “esse debate basista pega”. Mas resolvido (manobrado) o problema, agora era hora, depois do “toma lá”, de vir o “dá cá” que seria “negociar” ter o vice na UEE/SP e “ir pra cima deles no congresso da UNE”, pois agora o “PCdoB nos deve uma”. Este e-mail pode ser visto nos arquivos da lista do DCE-UFAL: <http://br.groups.yahoo.com/group/dceufal/message/5744>

Entendido isso, uma organização pode ser burocrática ou não. Mas o que vem a ser a burocracia? Grosso modo, uma burocracia pode ser identificada quando a organização deixa de ser uma mola propulsora para o desenvolvimento de determinado corpo social e passa a esgotar todo ele nela mesma. E é assim que a burocracia acaba por criar um círculo vicioso, que tem como finalidade sua própria auto-reprodução. Uma organização de caráter burocrático se põe de forma independente, descolada da coletividade. Uma organização não-burocrática vai ao sentido inverso, põe na coletividade o papel de se auto-organizar. Uma organização burocrática é necessariamente verticalizada e autoritária. A Comuna de Paris em 1871 que ficou marcada como a primeira negação do Estado pelo proletariado, “enxugou” a administração social e isto se deu por colocar na coletividade, no proletariado de Paris, o poder de tomar os rumos de suas próprias vidas e para poder organizar a sociedade de forma coletiva e horizontal. Ou seja, pela sua base.

O que vale para a organização da vida social em toda a sua amplitude, também vale para as organizações de classe e movimentos sociais, na medida em que estes devem ser à base de construção de uma nova sociedade. A UNE é seguramente expressão de uma burocracia que cresce na medida em que se distanciava das lutas, a **cria de uma opção política feita por boa parte da esquerda brasileira: as eleições parlamentares, ao invés das lutas**. Essa opção política, quase sempre apresentada de forma dissimulada, é bem expressa numa resolução do Congresso da CUT em 1986 em que *“considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora”*. Essa proposição colocava a CUT enquanto mero braço sindical que cuidaria das questões “econômicas”, deixando ao partido o papel de fazer a mediação destas proposições, dando seu caráter político. Na prática isso resulta na subordinação política das organizações de base, de trabalhadores e estudantes, à política de seu(s) partido(s) dirigente(s) esvaziando o protagonismo de trabalhadores e estudantes, e estes ficando à revelia das decisões de uma casta de burocratas que se forma, se acomoda e que não pode sentir o cheiro de um tapete vermelho, de um carpete limpo, que põe na mesa de negociações direitos sociais históricos em troca de benefícios pessoais e/ou espaço dentro da política do Estado. Quem assumiu o principal papel de interlocutor político foi o PT, e junto com ele foram os movimentos sociais de maior expressão, que se perdem nas ilusões eleitorais, no canto da sereia.

O processo de burocratização da UNE, ao contrário do que propaga seu campo minoritário (como se estes não se valessem da burocracia), não parece ser passível de reversão e se aprofunda. Exemplo disso foi o ocorrido no CONEB (Conselho de Entidades de Base) em abril de 2006. Este Conselho não era realizado desde 1998 quando a maioria da UNE (UJS) sofreu várias derrotas. Ele foi realizado num contexto de **unidade entre os diversos campos da UNE em torno do Governo Lula**, o que fez o campo majoritário não ter o menor “risco” de sofrer derrotas e a UNE de quebra aparecendo ilusoriamente enquanto “democrática” em seu interior. Questão essa, que é fundamental quando a mesma está cada vez mais desgastada e questionada.

O CONEB de 2006 ainda empreendeu uma massiva derrota a setores minoritários da UNE, tirando como resolução a eleição de delegados para o CONUNE por universidade ou faculdade. Ou seja, não teremos mais delegados por curso, e sim 1 delegado a cada mil estudantes da universidade ou faculdade. Um afunilamento que representa, concretamente, um maior distanciamento entre a diretoria da UNE e a base estudantil. O campo majoritário da UNE que tem sua “base” no interior das faculdades privadas disseminadas pelo Brasil afora, em que, não poucas vezes, inexistem um ME organizado e atuante, é o grande fortalecido com isso. E é através dessa indiferença alarmante nos espaços estudantis em que a UNE ganha seu “respaldo político”. Os setores da esquerda da UNE que defendiam “eleições diretas” para cargo na entidade levaram uma derrota ainda maior no CONEB, pela adesão de correntes do PT – outrora defensoras das diretas e principais representantes do “campo minoritário” – à proposta da UJS de delegados por universidade.

O caráter viciado da UNE, com congressos fraudulentos e que às vezes terminam em pancadaria pra fazer valer o argumento da força é a síntese de sua falência política. A falta de democracia interna é uma lei. Vários partidos políticos e agrupamentos políticos como o PSOL (ou a maioria de suas correntes), PCR e correntes do PT falam em “disputa da UNE”. Não estamos falando de programas políticos, de plataformas de luta diferenciadas. Elas basicamente não diferem, ou se diferenciam pontualmente (principalmente quando se trata das correntes do PT). E quando diferem um pouco mais, ela é trocada em defesa do Governo Lula e/ou da “casca vazia” da UNE. Mas isso não é à toa.

Na verdade, o que está em jogo para estas agrupamentos políticos são as **regalias conquistadas através de cargos na entidade que permitem viagens, maior entrada junto ao Estado** (ao qual a UNE, se nasceu pra se colocar autônoma deste, hoje segue o caminho inverso). Tudo isso garante uma maior projeção dos partidos políticos citados. Sim, ao contrário do que se

coloca que “qualquer estudante pode concorrer à diretoria da UNE”, na prática só os militantes de partidos políticos é que assumem a direção (que é proporcional). Afinal, nada melhor que os mediadores burocráticos para por em andamento (!) a UNE. Enfim, ninguém quer largar o osso! Deixemo-los morderem a sós, a luta nos chama e é a ela que devemos seguir, ela que devemos promover.

b) Divisionismo ou uma cisão objetiva?

Uma das acusações mais recorrentes lançada àqueles que defendem a ruptura com a UNE é de que se estaria “dividindo” o movimento. O próprio CONUNE de 2005 tirou a seguinte resolução (seguramente referenda pela direita e esquerda da UNE): “Contra a divisão da UNE pelo Conlute, que a UNE assuma publicamente o combate à divisão!”. A assertiva “divisionista” é um recurso usual entre aqueles que se escondem por trás de um discurso de “pluralidade”, embutido de fortes doses de misticismo em torno do passado da UNE, mas que consegue tocar muitos estudantes de boa vontade. Já colocamos que entendemos o ME como um espaço necessariamente plural, não necessariamente consensual.

Na luta de classes só existem dois lados e o que determina qual instrumento, tática e estratégia a ser tomada é a luta inconciliável entre a perspectiva do Capital e a do Trabalho. O fato concreto que leva a parcela significativa do Movimento Estudantil romper com a UNE ou iniciar processo de rompimento é a eleição do Governo Lula, que encontrará na UNE a defesa incondicional de suas políticas, claramente de corte neoliberal, florescendo mais na defesa da UNE ao projeto de Reforma Universitária levado a cabo pelo governo, mesmo estando em concordância com as diretrizes dos órgãos internacionais, como o Banco Mundial. Mas segundo a UNE este projeto contempla reivindicações históricas do ME. Trata-se de um dos efeitos mais trágicos resultantes da formação de uma burocracia nas entidades: a miopia política.

Nesse momento ímpar na história do Brasil, os movimentos sociais têm que optar entre o governismo e o anti-governismo, e tal escolha traz conseqüências diretas no que confere a táticas e instrumentos de luta. A idéia de governo em disputa, bastante debatida no início do Governo Lula, hoje mais apagada em troca de adesões cegas e irrestritas ao mesmo, não é apenas falaciosa, é um estelionato político.

Não desconsideramos a existência de um “campo majoritário” e um “campo minoritário”, ou mesmo entre “direita e esquerda da UNE”. Também não refutamos a possibilidade, em certa medida uma necessidade, de que na luta concreta possa existir uma unidade com setores mais à esquerda da UNE, muito embora eles venham a ser pontuais e conflituosos, pois lutar em defesa do ensino público hoje é pôr em questão a própria UNE. É fato notório que o campo majoritário da UNE vem tomando ainda mais força e encontra sua legitimidade dentro do próprio campo minoritário. Como já colocado acima, o campo minoritário está muito mais preso à UNE pela sua paixão burocrática e por sua rasteira perspectiva política que cria um misticismo em volta da UNE do que pelo papel que ela cumpre. Até mesmo no Governo FHC a UNE boicotou a greve das federais em 2001, sendo construído um Comando de Mobilização Estudantil para coordenar as atividades por fora da UNE. Mas com o Governo Lula e a posição da UNE de extensão do MEC, não basta lutar por fora da UNE, tem-se que também lutar contra ela. E isso não é por gosto ou por intriga, é luta de classes.

4. A Conlute e a reorganização do Movimento Estudantil

No ano de 2004 foi realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) o I Encontro Nacional Contra a Reforma Universitária, e seu ponto de culminância foi a formação da Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute). Cerca de 1000 estudantes estiveram presentes no encontro que tirou também um calendário de atividades.

De lá para cá, a Conlute ganhou adesões e se põe enquanto alternativa para a construção de um pólo estudantil que seja de fato conseqüente nas suas lutas em defesa da educação pública e voltada às classes trabalhadoras. E para isso, tem-se um elemento fundamental: a ruptura com o Governo Lula, com o governismo que hoje embebeda a muitos movimentos sociais e entidades como a UNE, pois estes não tendo independência perante o governo são incapazes de se realizar enquanto instrumento catalizador das bandeiras históricas levantadas por estudantes e trabalhadores.

Nesse ano de 2006 a Conlute organizou o Encontro Nacional dos Estudantes (ENE) em Sumaré (SP), um dia antes do CONAT (Congresso Nacional dos Trabalhadores) organizado pela Conlutas³. O grupo “Além do Mito...” esteve presente e pôde dar sua contribuição no debate de

³A Conlutas é a Coordenação Nacional de Lutas que foi formada em agosto de 2004. Sua formação deu-se a partir da constatação do papel de braço sindical do Governo Lula desempenhado pela CUT e, por isso, da necessidade de construir uma ferramenta de luta alternativa, rompendo com a CUT. Em 2006, no CONAT, a Conlutas foi fundada enquanto entidade que se propõe a abrigar movimentos sindicais e populares. A Conlute, por sua vez, definia no ENE sua filiação a Conlutas.

reorganização do movimento estudantil e sindical, após a “ressaca eleitoreira” ao qual ainda vem passando os movimentos sociais. A Conlute, no meio estudantil, representa uma possibilidade de fazer essa ressaca passar e que o ME venha a se colocar enquanto propulsor de suas lutas.

4.1 Entre a objetividade e a subjetividade: (re)organizar o movimento pela base!

Seguindo a linha de raciocínio que tentamos desenvolver quanto aos problemas em torno da UNE e que a coloca como um instrumento morto de luta estudantil, se não irreversivelmente, seguramente a curto e médio prazo – e aí a luta de classes não pode esperar –, romper com a UNE deve ser não somente em um sentido “organizativo”, mas também “político”. Estamos falando de buscar construir uma nova concepção de movimento estudantil que ponha de fato o protagonismo estudantil nas próprias bases, rompendo com as perspectivas de decisão de cúpula, o que só favorece a formação de burocracias e o engessamento das mobilizações e dos debates.

Afirmamos em documento de contribuição ao já citado Encontro Nacional de Estudantes que

[...] compreendemos que não basta declarar a construção de um novo movimento estudantil. Este deve ser forjado nas escolas, universidades, em cada luta. Nisso não podemos ter como norte outra coisa senão a construção pela base. Porém, isso deve ser de fato garantido pela socialização do poder de decisão que nossos espaços e organizações se caracterizem e baseado em um debate amplo e qualificado, procurando estabelecer uma relação entre base-direção ou entre os espaços locais e as instâncias de organização nacionais de forma orgânica. Em outros termos, é preciso garantir a construção da política estudantil a partir de suas lutas diretas, com os espaços de reunião da “direção”, “coordenação geral” ou “colegiado nacional” da Conlute, por exemplo, não fazendo a política e sim, coordenando e organizando a política construída na base.

É evidente que entre o ideal e o real existe uma sensível diferença. Sendo que a concepção de política de base deve ser a pedra angular da organização da luta. Uma coisa é o refluxo imposto ao movimento, as condições em que a luta de classes coloca pra se construir a luta, outra coisa é a forma que tomamos para construir nossos embates. É evidente também que não podemos desconsiderar as particularidades de cada local e é justamente por isso que deve-se tomar como norte a garantia do poder de decisão destes. (*Além do Mito de Lula, UNE e CUT - Contribuição ao ENE, abril de 2006*)

Muito se fala em “construção pela base”, mas pouco se vê esta sendo feita. Construir as lutas pela base não é injetar uma política já construída e definida para a “base” ratificá-la e cimentá-la. Construir pela base, fazer “política de base” é ter como compreensão que os agentes do movimento estudantil são os estudantes organizados e que são a partir de suas lutas, debates, necessidades e possibilidades, que a luta deve se erigir. Isso não tem nada a ver com “assembleísmo”, “democratismo” entre outras conceituações que se recebe quando se faz um debate, não nas meras abstrações, mas concretamente de organização das lutas pela base. Muito menos tem a ver com a idéia distorcida de “falta de debate na base para tomar decisões”, que muitas vezes se configura na verdade como uma “manobra de direção” para inviabilizar lutas e debates sobre temas que poderiam comprometer determinada política a qual não necessariamente está em consonância com as necessidades das lutas travadas.

Aqui retomamos o que dissemos anteriormente: o movimento estudantil constrói sua representação a partir da organização e debate dos próprios estudantes. Não importa se estamos num momento de ascensão ou de refluxo, o norte deve ser o mesmo. Hoje, considerando o esvaziamento existente e a falta de perspectivas as quais jogam os indivíduos a abraçarem o imediato e a se entregarem sem a menor resistência à ideologia individualista burguesa, a contradição entre o que se almeja e o que as possibilidades permitem não devem servir de desculpa a qualquer prática viciosa no ME.

Propomos o ME travar o debate de concepção de construção pela base e entendemos que o único espaço ao qual se pode pôr tal debate é na Conlute. Romper com a UNE deve significar avanços não somente em termos de “programa político” a ser defendido, mas também quanto à forma e os métodos que assumimos para pôr em prática tal programa.

4.2 A Conlute pode virar uma nova UNE?

É preciso entender que não se constrói o novo sem carregar marcas do velho. Isso é reconhecer que não existe “purismo”, é pôr os pés onde eles devem estar: no chão, no real. A

Conlute não “purificou” o ME livrando-o de todos os vícios burocráticos, aparelhistas ou outro aspecto já enraizado na UNE. Isso não significa necessariamente um ponto contra a Conlute, sendo parte de um processo do real, mas um processo de construção social, e, portanto, a forma que iremos lidar com isso é que será decisivo.

A princípio a Conlute é uma coordenação de entidades, ainda bastante frágil em termos organizativos, pouco estruturada. Não se constitui enquanto uma entidade estudantil, e sim coordenada por elas. Participa do Colegiado da Conlute: Executivas de cursos, DCE’s e CA’s/DA’s com peso igual em votação. Suas reuniões são abertas e qualquer estudante tem direito a voz. Oposições reconhecidas de entidades também podem compor o Colegiado, sendo seus posicionamentos considerados enquanto indicações para a votação. Em âmbito estadual ou regional, ainda se tem poucas instâncias da Conlute. Trata-se de um processo lento, com avanços e retrocessos. Processo que encontra a própria UNE enquanto obstáculo com seus defensores de A à Z, da direita à esquerda, assim como uma conjuntura política extremamente desfavorável em tempos de pleno neoliberalismo. Mas é um processo, com todas as suas partes, com as suas dificuldades, mas com objetivos traçados. E o objetivo da Conlute é se colocar enquanto pólo aglutinador para encampar, com a maior incidência nacional possível, as demandas estudantis. Organizar as lutas comuns em cada universidade. Fazer das universidades um espaço de resistência às políticas neoliberais e de discussão sobre uma nova perspectiva de sociedade.

Por fim, se faz necessário refutar o debate rasteiro que se coloca que a “Conlute é do PSTU”, utilizado para deslegitimá-la de antemão. É fato que o PSTU esteve e está à frente do processo de construção da mesma, exercendo uma hegemonia, mas esta não se põe no mesmo grau e termo ao existente na UNE. Em qualquer entidade, grupo ou que seja, existem idéias e perspectivas que ora têm mais incidência, ora têm menos. Isso se explica seja pela militância exercida nos espaços e experiências vivenciadas, quanto pela própria conjuntura política e momento histórico que influem decisivamente sob qual idéia é melhor aceita.

O PSTU na medida em que é o partido de maior incidência nacional empenhado na construção da Conlute, tem essa hegemonia em seu seio, e ela é legítima, não podemos questioná-la simplesmente por ser “maioria”. Enquanto existir luta de classes, sempre existirão “maiorias e minorias”, inclusive no próprio seio da classe trabalhadora. O que torna ilegítimo é quando a hegemonia é conquistada ou sustentada por práticas que entram em contradição com o objetivo almejado, quando se corta a democracia interna das organizações de base e elas passam a servir de manuseio a burocracias instaladas.

O que enfatizamos aqui é que se posicionar contrário à construção da Conlute simplesmente alegando que “a Conlute amanhã é a UNE hoje”, que seria “tudo farrinha do mesmo saco” não encontra sustentação na luta de classes. Ou pior, por que “*entre a história e a grandeza da UNE [hoje mitificadas] e a incerteza da Conlute, prefiro a primeira*” é começar por idealizar o real para materializar brutalmente, petrificar qualquer perspectiva de mudança social por um fatalismo que vela a atividade humana enquanto produtora do mundo social. Se não vendemos ilusões, por outro lado, não deixamos de convocar a organização estudantil a partir das suas lutas concretas.

4.3 Avançar na luta: construir a Conlute!

O Grupo “Além do Mito...” defende a construção da Conlute e um elemento básico deve ser visto como o fator crucial para que o ME passe a se pautar nacionalmente em torno de sua construção: o anti-governismo. Embora ainda possamos entender que isso ainda não é suficiente, é nesses termos que se encontra de forma primeira, a retomada das lutas sociais no Brasil livre de qualquer entrave governista que venha emperrar ou rebaixar as lutas.

Enquanto a Conlute procura organizar mobilizações contra a Reforma Universitária, a UNE a defende. Enquanto a Conlute sai às ruas contra a podridão que veio à tona na época da descoberta do “mensalão”, a UNE vai também para as ruas, mas dizendo cinicamente: “Com Lula, contra a corrupção”. Enquanto a Conlute chama o Boicote ao Enade, pois o mesmo repete as mesmas fórmulas do Provão de FHC, ainda com acréscimos de incentivo à meritocracia (individualismo puro e simples), a UNE boicota as próprias bandeiras históricas do ME e seus acúmulos em torno de uma avaliação institucional coerente com a defesa do papel da Universidade na transformação da sociedade. Se a Conlute chama o que o Movimento Estudantil historicamente defendeu: “Mais verbas pra educação – verba pública para a universidade pública”, a UNE saúda o ProUni e silencia quanto as PPP’s. A saída é pela esquerda: **a defesa da universidade pública hoje se faz junto a Conlute!**

5. A atual conjuntura do ME da UFAL

O Governo Lula desarmou os movimentos sociais na medida em que boa parcela destes estava e não poucos ainda estão, em estreita ligação com o próprio PT ou aliados. Os efeitos disso, que bate diretamente na **desmobilização e dispersão das lutas sociais, são fatos evidenciados**

em vários momentos do primeiro mandato do Governo Lula. Para um segundo mandato as conjecturas não serão diferentes, senão piores. As Reformas Neoliberais continuarão em sua agenda de governo e agora com mais força. Aliado à ofensiva do Capital, gerenciado pelo Governo Lula, seguramente **veremos as organizações clássicas dos movimentos sociais como CUT e UNE irem ainda mais à direita.** A luta não será fácil. Ainda mais quando aqueles que se põem “à esquerda” dentro destas entidades, preferem muitas vezes reafirmá-las ao invés de construir uma plataforma comum de lutas, colocando a defesa deste governo e do projeto político-eleitoreiro correspondente a este acima de qualquer luta conseqüente. Um crime contra os direitos dos trabalhadores, cada vez mais atacados e cada vez mais sem resistência. O “efeito Lula” na desarticulação dos movimentos sociais ainda parece ser incalculável.

Não é a toa que várias emendas que estão no bojo da Reforma Universitária encontraram difíceis condições de resistência. As PPP's, a Lei de Inovação Tecnológica, o ProUni, o SINAES entre outras medidas, pegaram o ME sem que o mesmo pudesse esboçar uma reação que viesse a por freio a tal política, tamanha é a desorientação política provocada nos movimentos com o Governo Lula. Na última greve das universidades federais (setembro/dezembro de 2005), a UNE boicotou abertamente (o próprio campo minoritário não fazia mais que “simulações de luta”) e se colocou contrária a qualquer tentativa de greve estudantil para reforçar a luta pelo ensino público em conjunto com professores e técnicos e ainda taxando os estudantes grevistas de tomarem uma postura “oportunista” e que só “favorecia a direita”. Era a ratificação da sua resolução no CONUNE daquele mesmo ano: “dobrar a aposta no governo”.

5.1 O Movimento Estudantil da Ufal em tempos de Governo Lula

Nos últimos anos (poucos atrás, que se diga), o DCE e o Movimento Estudantil da Ufal de forma geral, apresentava-se com um caráter mais horizontal e independente. Isso não quer dizer a inexistência de militância de partidos e organizações políticas no Movimento e no DCE, de disputas políticas, divergências e “rachas”. O que estamos colocando aqui é que a partidarização em torno das entidades estudantis da Ufal, em especial o DCE, não era um fato recorrente. As divergências, disputas e “rachas” sempre existiram e co-existiram em várias lutas na universidade. Tempos de Governo FHC, o qual era amplamente colocado no lugar que merece, classificado de acordo com sua política e ações concretas. O ME na Ufal que durante os anos 90 esteve bem apagado, terá um processo de retomada e participação importante nas lutas estudantis. O Movimento Estudantil da Ufal e sua entidade máxima, o DCE, passavam a ganhar projeção em importantes embates, seja na linha de frente dos atos contra o aumento das passagens em 2001 que reuniu cerca de 5 mil estudantes nas ruas de Maceió, nas lutas posteriores relativas ao transporte público, seja na construção independente dos cursinhos pré-vestibular na recepção aos calouros, nas greves de 2001 e 2003 com a participação de Marchas como a da “Em defesa da Educação Pública” em 2001 e contra a Reforma da Previdência em 2003. Esta última marcha por sinal, terminou em apedrejamento do Congresso mesmo com a burocracia sindical e estudantil presente pedindo “calma”. Foi a última manifestação de maior porte antes de surgir com maior força um movimento de ruptura com as governistas CUT e UNE. Enfim, longe de querer fazer idealizações, o Movimento Estudantil da Ufal respirava. Junto a isso, houve uma ampliação de sua incidência ao construir o Festival Universitário de Cultura e Arte (FUCA), realizado em no final de 2001, 2002, 2003 e no início de 2005.

Mas o quadro foi tomando novas configurações e isso tem relação direta com a ascendência do PT ao governo federal. Se esse processo desarticulou nacionalmente os movimentos sociais e as entidades sindicais e estudantis, pela própria relação estreita pelo PCdoB e especialmente pelo PT, florada por uma **subordinação política destas entidades e movimentos à política dos partidos supracitados**, o Movimento Estudantil local não poderia passar imune a esse processo. Aliado a isso, houve um aparecimento e certo crescimento de setores que empreendem uma prática fortemente aparatista e oportunista no movimento estudantil como é o caso do PCR, via Correnteza.

As deliberações dos últimos congressos do DCE são representativas quanto ao quadro que foi se formando no movimento. O III Congresso do DCE, realizado pela gestão “Mobilizar e Construir” em novembro de 2003 tirou pela maioria de seus delegados “apoio crítico” ao Governo Lula (que estava em seu primeiro ano de governo) e quanto à Reforma Universitária tirou-se a seguinte resolução: “*por uma reforma universitária discutida com toda a sociedade e que atenda as reivindicações históricas do movimento docente, estudantil e técnico-administrativo*”. Tempos em que a falácia de “governo em disputa” encontrava grande eco e de que programas chaves no processo de Reforma Universitária do Governo Lula ainda não tinham sido postos em vigor. Houve também nesse congresso uma boa participação daqueles que formariam mais tarde a base para a próxima gestão do DCE (“UFAL Em Movimento”), encabeçada pela Articulação de Esquerda (AE/PT) e que foi decisiva para garantir estas principais deliberações a favor do campo governista. O ME de oposição ao Governo Lula na Ufal encontrava-se ainda desarticulado, iniciando um reagrupamento em torno da Comuna Estudantil no meio de 2004.

As eleições seguintes do DCE com a inscrição de quatro chapas (“UFAL Em Movimento” (AE-PT), “Correnteza” (PCR), “Protagonistas” (Mulungu), “DCE Independente e de Luta” (JR-PT)), caracterizavam o quadro atual do ME: todas as chapas/grupos eram ao menos até então, governistas. A Comuna Estudantil que se formou agrupando militantes do ME, muitos já tendo sido inclusive membros de recentes gestões do DCE, foi se organizando na universidade e chamou voto nulo nestas eleições do DCE, por entender que nenhuma chapa representava uma alternativa política condizente com as demandas do ME.

Houve um crescimento da oposição (anti-governista), agrupada em torno da militância da Comuna Estudantil, e dessa vez quem amargou derrota foi o campo governista que viu o IV Congresso do DCE deliberar “oposição ao Governo Lula” mesmo com praticamente todos os membros ativos da então gestão do DCE assinarem a tese da “Reconquistar a UNE” (antiga tendência da AE-PT). E poderia ter sido ainda pior (para os governistas!), já que se não fosse por manobra burocrática⁴ a UNE seria posta em cheque e seu rompimento, talvez, consumado. Quanto à Reforma Universitária, jamais posta em evidência e com várias políticas já implementadas (ProUni, PPP's, Lei de Inovação Tecnológica), tirou-se resolução contrária à mesma. Estas duas resoluções já representavam uma maior força do campo anti-governista, até mesmo porque estava cada vez mais difícil sustentar a defesa ao Governo Lula se não fosse também renunciando as bandeiras históricas do movimento.

Com o fim da gestão “UFAL Em Movimento”, irá se iniciar um processo traumático no movimento estudantil local. Foi necessário praticamente um ano para se finalizar uma eleição para a diretoria do DCE com chapa eleita. Este processo foi inicialmente adiado pela greve de 2005 (setembro-dezembro), passando depois, na volta ao ano letivo, pelo trauma de uma eleição interrompida no último dia de votação por ação autoritária da Chapa Correnteza (impediu o reinício da votação no segundo dia, coagindo fisicamente a Comissão Eleitoral por exigir a revogação de uma resolução que normalizava as eleições nos parâmetros de seu próprio regimento, este que foi tirado em CEB – Conselho de Entidades de Base). Após a impugnação da chapa propulsora do fato por quase unanimidade em Assembléia Geral dos Estudantes realizou-se normalmente a eleição, mas que acabou não dando quorum e não elegendo ninguém para o DCE, passando ele a ser (mal) gerido por uma Comissão formada por todos os CA's da Ufal. Só teremos uma coordenação eleita para o DCE “Quilombo dos Palmares” em agosto de 2006, vencendo a chapa “Coração de Estudante” ligada à UJS.

No primeiro processo participaram as chapas “Continue Em Movimento” (reeleição), “Coração de Estudante”, “Correnteza” e “Além do Mito...”. No segundo processo que finalmente elegeu uma coordenadoria/diretoria para a entidade, a chapa de reeleição desistiu e não se inscreveu, mas alguns de seus membros fizeram campanha para a “Coração de Estudante”. A chapa da “Além do Mito...” teve na base de sua formação a militância da Comuna Estudantil, agregando outros militantes e recém ingressos no movimento. Na primeira eleição tínhamos também militância do PSTU e do PSOL, mas que posteriormente saíram. Hoje nosso grupo é formado por militantes anarquistas, marxistas e socialistas em geral.

O resultado das últimas eleições do DCE repetiu-se em vários outros DCE's. A UJS venceu a eleição para diretoria do DCE em várias universidades federais. Na Ufal, sentimos bastante nossa derrota, não uma derrota pessoal ou de um grupo em particular, mas de uma tentativa de colocar o DCE na linha de frente das lutas contra as políticas do Governo Lula, da complacência da Reitoria da Ufal e, sobretudo, de pautar com mais força um ME construído de forma coletiva e autônoma, que preze pelo debate político franco e aberto. Um ME que coloque em si mesmo o papel de sujeito coletivo das transformações sociais. Era notório que o grupo com militância mais forte e orgânica no ME da Ufal era o “Além do Mito...”, que não poucas vezes esteve levando o próprio DCE, frágil e já fissurado, a reboque (como na greve).

O quadro atual do ME não é dos melhores. Reitoria e a diretoria do DCE comungam do projeto de Reforma Universitária do Governo Lula, tornando a luta ainda mais conflituosa e árdua. Como exemplo, citamos o debate girado com o ENADE, em que a diretoria do DCE quis resistir a fazer mesa contra o mesmo, ou terminando por tomar uma postura dissimulada em sua defesa propondo uma mesa “informativa”. Depois criou resistência para fazer a propaganda da luta para o dia do boicote. Seguramente ainda teremos outros momentos conflituosos ou mesmo de embate direto a atual diretoria do DCE⁵.

No mais, tem-se agora um desafio posto à organização do ME da Ufal com o processo de interiorização. Sua questão em relação à universidade já foi discutida neste documento no eixo sobre

⁴ No atual estatuto do DCE consta que o mesmo é filiado à UNE e como o congresso não era estatutário, acabou servindo de argumento para impedir que se colocasse em votação o rompimento ou não com a UNE.

⁵ Todo este documento era para ser uma tese para o V Congresso do DCE-UFAL. No entanto, o congresso foi cancelado subitamente em reunião do Conselho de Entidades de Base. Em anexo a este documento consta um comunicado nosso sobre este fato lamentável.

o tema. Aqui enfatizamos o problema da organização dos estudantes dos diferentes *campi* e cidades de Alagoas. Existirá um DCE da Ufal em Arapiraca? Ou só um DCE? Essa é uma pergunta que ronda o movimento. Hoje, existe um único Diretório Central dos Estudantes. E acreditamos que, diante da conjuntura atual, assim deva permanecer, mas sendo preciso dizer que o que deve determinar como os estudantes se organizam ou se organizarão são os próprios estudantes. Ou seja, os estudantes do espaço em questão são quem devem definir, em última instância, qual a melhor forma para organizar as lutas na Ufal como um todo e as especificidades de seu local. Entendemos que seguramente será necessário criar instâncias próprias de articulação entre os estudantes do *campus* em Arapiraca, por exemplo, mas que se faz imprescindível a articulação entre os *campi* da Ufal, pois a universidade é a mesma, a Reitoria é a mesma e as políticas educacionais e os ataques ao caráter público, gratuito e ao papel social da universidade também são os mesmos.

5.2 As lutas recentes do Movimento Estudantil da Ufal

Podemos destacar três momentos de luta recente realizada pelo movimento da Ufal. Afora as participações nas mobilizações contra o aumento das passagens de ônibus e pelo passe livre, em especial, nas ocorridas entre o final de 2004 e início de 2005, as lutas travadas internamente na universidade representaram bons momentos na defensiva contra a extinção da Pro-reitoria Estudantil (Proest), na Ocupação do Gabinete da Reitoria da Ufal por 19 dias pondo em evidência a luta contra as taxas e pela ampliação do RU e, por último, a recente vitória quanto ao Colégio Técnico Agro-Industrial de Murici, inicialmente voltada para o setor canavieiro, mas revertido para a agricultura-familiar.

A luta contra a extinção da Proest foi vinculada à luta pela Assistência Estudantil, uma resistência a esse ataque. Lembremos que para o Banco Mundial (organismo que fornece diretrizes para o funcionamento da educação para o terceiro mundo), gastos de assistência estudantil são considerados “supérfluos”. Em acordo com essa lógica, a intenção da Reitoria era “diluir” as atribuições da Proest em outras pro-reitorias, o que seguramente comprometeria um melhor atendimento das demandas estudantis, em especial as questões referentes à assistência estudantil. Um grande número de estudantes lotou a sala do Consuni (Conselho Universitário), e tal fato foi decisivo para a reitora Ana Dayse voltar atrás e dar o “sinal” para que os conselheiros aceitassem a proposta dos estudantes.

Porém, nomeou-se (em tese temporariamente, mas que acabou passando mais de três meses) o vice-reitor Eurico Lôbo para a Pro-Reitoria Estudantil. Essa nomeação é bastante simbólica. Demonstrava o desleixo com a assistência estudantil por parte da Reitoria, pois além do mesmo acumular funções (e na prática se ausentar da Proest), o vice-reitor nunca se preocupou em esconder suas perspectivas “empreendedoras” para os problemas da universidade. Isso, inclusive, foi pauta (a imediata saída do vice-reitor da Proest) da Ocupação da Reitoria da Ufal que se iniciaria no dia 26 de outubro de 2005, durante a greve das federais. Sua articulação se deu no Comando de Mobilização Estudantil da Ufal, formado após a deflagração da greve em nossa universidade.

A Ocupação do Gabinete da Reitoria que durou 19 dias tornou-se referência nacional nas mobilizações e lutas da greve, tendo ações do tipo realizadas em outras universidades. Mais uma vez formou-se um Comando de Mobilização e Greve Estudantil Nacional sem nada de UNE que contou com representante do ME da Ufal. As mobilizações realizadas na Ufal encontravam verdadeiros “vigilantes” organizados em torno da esquerda do PT (Articulação de Esquerda – AE), que parecia estar fazendo simulação de luta, aparecendo nelas muito mais para fiscalizar se ia falar mal do Governo Lula ou da UNE. A então gestão do DCE, já rachada e débil, esteve ausente em vários momentos, mas que, embora isso tenha sido notado pela Reitoria e a mesma tentado se utilizar disso para querer deslegitimar o movimento de ocupação, isto não significava fraqueza deste. A ocupação do Gabinete da Reitoria foi um exemplo de organização e luta estudantil. Foram organizadas comissões de alimentação, limpeza, comunicação, reuniões eram realizadas a exaustão, vários grupos de discussão foram feitos, filmes debatidos etc. Várias edições do informativo “Reitoria Ocupada” também deixou uma documentação da luta e servia como interlocutor de nossos posicionamentos e divulgação de moções de apoio recebidas.

Mas infelizmente, na conjuntura e, em certa medida, no próprio caráter do ME, tais momentos somem como aparecem: repentinamente. Evidente que a própria conjuntura que estava instalada na indefinição do processo eleitoral do DCE contribuiu decisivamente para que as pautas de luta aí iniciadas fossem gradativamente enfraquecidas. O fato é que hoje o movimento terá que retomar a luta de “RU para todos” e contra as taxas na universidade, duas das principais reivindicações daquele momento e duas questões que estão intimamente ligadas na medida em que as taxas são justificadas enquanto parte necessária para garantir a Assistência Estudantil (como o RU), já que este orçamento é limitado pelo governo e embutido nos já poucos recursos para as universidades públicas. Na época da ocupação foram extintas algumas taxas, porém aumentaram o valor das que se mantiveram e a arrecadação total ficou superior ao que era antes! Um verdadeiro golpe maestrado pela Reitoria.

E ofensivas ao caráter público e ao papel da universidade não faltam. Recentemente, no Consuni do mês de novembro, a Reitoria colocou para votação a construção, em Murici, de um Colégio Técnico Agro-Industrial centrado no Complexo Canavieiro, como assim constava em seu anteprojeto. Só que o tiro saiu pela culatra. Há sete meses esse projeto era discutido em uma comissão, mas o ME, embora tenha se articulado já em cima, conseguiu agir sem titubeações, contando com a decisiva participação dos movimentos do campo. O resultado foi que se conseguiu dar outro norte ao colégio técnico, pois este será construído agora com “ênfase na agricultura-familiar”. É claro que a luta não acaba por aí, e todo o processo de formulação do mesmo, seus objetivos, grades curriculares etc., serão travados em todo seu processo de construção. Mas o ME conseguiu pôr em questão o papel da universidade e reverter um ataque que vinha sendo preparado silenciosamente pela Reitoria há sete meses, tempo em que o ME estava sem representação nos conselhos em virtude da falta de uma direção eleita para o DCE. A “Magnífica” Reitora Ana Dayse, que diz ser “um exemplo de parceria público-privado” a relação estabelecida entre a Ufal e os usineiros, deve ter recebido um puxão de orelha da bancada da cana em Brasília e do Senador Renan Calheiros que esperava liberar a verba para a construção do colégio em Murici não por acaso: o mesmo tem suas vastas terras neste município.

Para que as lutas mencionadas não sejam apenas momentos e para que o movimento possa superar o caráter defensivo de suas mobilizações, surge a necessidade de se planejar e apontar para ações concretas sempre calcadas na compreensão das possibilidades de avanço e conjuntura política desenhada.

5.3 Construir uma plataforma de lutas na Ufal

Mesmo que estejamos num momento em que as lutas tomam um caráter essencialmente defensivo, às vezes se consegue reverter e surgir uma ofensiva, pondo o movimento em melhores condições de pautar a luta em questão. Mas esta, considerando a desarticulação existente entre os Centros Acadêmicos da Ufal e a dificuldade de construir uma unidade política em um maior período, ao não conseguir ganho imediato, acaba perdendo, posteriormente, as próprias conquistas parciais quando a “poeira abaixa”.

Vivemos em um momento o qual nos leva a travar verdadeiras epopéias para assegurar conquistas mínimas. E é preciso superar esse estágio para que o movimento possa se antecipar aos fatos e assumir uma postura de confronto, não apenas se limitando a reagir quando provocado. **É necessário fazer com que o ME dite as mobilizações e não simplesmente se pautar pela agenda do governo ou da Reitoria e organizando-se na defensiva de alguma política de ataque ao caráter público e gratuito da universidade.**

Propomos a construção de uma plataforma de luta na universidade, as quais em articulação com as lutas nacionais, como contra a Reforma Universitária e por mais verbas pública para a educação pública, venha a fazer um enfrentamento às políticas implementadas na UFAL.

Plataforma de lutas

- Campanha contra todas as taxas acadêmicas cobradas na universidade, entendendo enquanto um processo de privatização interna, e a pondo ao lado da luta pela assistência estudantil, aliando a ação direta estudantil com o respaldo jurídico existente quanto à ilegalidade de cobranças de taxas.
- Campanha contra os cursos pagos de pós-graduação (especialização) nos mesmos termos da campanha contra as taxas. Neste ponto em especial, a aliança com os outros setores da universidade – técnicos, docentes e os pós-graduandos – não somente é imprescindível (como toda luta é), mas também se mostra bastante palpável.
- Campanha do “RU para todos”. Esta pauta consiste tanto na ampliação do número de comensais quanto na presença de fornecimento de refeições (almoço) a preço de custo nos *campi* da Ufal.
- Luta pela ampliação e fortalecimento da assistência estudantil como um todo. Segundo dados da própria Reitoria, ainda à época da Ocupação do Gabinete (ou seja, um ano atrás), cerca de 60% dos estudantes da Ufal necessitam de algum tipo de assistência.
- Ofensiva no questionamento do papel da universidade. Neste ponto, deve-se dar ênfase na relação da universidade com o setor sucro-alcooleiro, fazendo um combate irreduzível e intransigente.
- Para todas essas questões, o Movimento Estudantil deve organizar materiais de divulgação e mobilização (cartazes, panfletos, adesivos, camisas, etc.).

Proposições para o Movimento Estudantil:

- Rompimento do DCE-UFAL com a União Nacional dos Estudantes (UNE), braço estudantil do Governo Lula.

- Que o DCE e os CA's organizem as lutas contra a Reforma Universitária também em torno da Conlute, assim como as campanhas desta (como a de "Mais verbas pública para a Educação pública") participando ativamente de seu colegiado e fóruns.
- Defender um Movimento Estudantil classista e autônomo perante o Estado.

PARTE IV

OPRESSÕES

Entendendo que há uma lacuna nas discussões do movimento estudantil no tocante às opressões (considerando o tripé gênero, sexualidade e raça), colocamos aqui o acúmulo de nossos debates referentes a estes temas, a fim de contribuir na construção de espaços para estas questões. As quais estão na ordem do dia, mas dificilmente nas reflexões, discussões e lutas do movimento estudantil em geral. Esta é uma contribuição teórica e política para a introdução do debate, e não contém necessariamente tudo o que há de mais relevante nesta discussão.

Consideramos importantes as lutas por direitos, pois é realmente a partir delas que os movimentos sociais em geral surgem, entretanto, não devemos nos perder nelas mesmas. Tratando-se das especificidades das opressões, defendemos que o movimento estudantil enfatize a necessidade de sermos humanamente livres de estereótipos, rotulações e preconceitos, e que tanto este, quanto os movimentos que estão em luta contra as opressões, considerem que não é possível a libertação de um segmento oprimido dentro de uma sociedade sob o jugo do capital. Portanto, lutar por liberdade significa lutar pelo fim da exploração humana independente da causa de nossa luta, devemos lutar com este objetivo maior, e com esta perspectiva orientar nossas reivindicações, as formas de organização e atuação.

Nosso objetivo principal com estes textos é contribuir com a compreensão de que as opressões estão inseridas no antagonismo (Capital X Trabalho), e que não diferentemente de outras questões ligadas às desigualdades sociais, as opressões têm como um de seus principais determinantes, a questão de classe. De modo que, lutar contra as opressões deslocando-se das questões de classe não tem sentido, tão grave quanto lutar pela emancipação humana sem incorporar uma luta conseqüente contra as opressões.

1. Gênero

Inicialmente, sentimos necessidade de provocar o debate no sentido da desnaturalização da opressão de gênero. A ideologia patriarcal tenta sustentar o falso argumento de que a mulher é naturalmente inferior ao homem, que é um ser incapaz de agir pela razão, que é orientada pela paixão, pela emoção. É um discurso que coloca a mulher numa posição de submissão ao homem, pois este seria o ser da razão. Aliado a isso, utiliza-se dados biológicos para criar a ideologia da inferioridade feminina. Isto desloca as relações de gênero das relações sociais. É importante destacarmos que ideologia não é simplesmente uma idéia, e sim idéia que cria ação, é uma práxis social. Neste sentido, a ideologia patriarcal, que vem de "poder de pai" (deus), que "gera e racionaliza a sociedade", é a práxis social que transformou homens e mulheres nas formas que conhecemos hoje.

Neste sentido, para desnaturalizar a opressão, para compreender as questões de gênero, deve-se entender as relações de produção da sociedade que estivermos tratando. Os papéis de homens e mulheres (e o conceito do que é feminino e do que é masculino) correspondem à maneira como a sociedade produz a vida em geral.

No início do caminhar da humanidade, em que os grupamentos humanos eram nômades, e não havia domesticação dos animais nem agricultura, as relações de gênero eram diferentes, e correspondiam a tais condições. Ambos os sexos desempenhavam papéis baseados na preservação da vida. As mulheres se relacionavam mais com atividades fixas, para a perpetuação da espécie, e eram muito valorizadas neste momento, dada sua importância para a sobrevivência do grupo. E isso não implicava em discriminações. Ou seja, aquele modo de produção ("comunismo primitivo") não interferia hierarquicamente na organização social. Não queremos com isso dizer que devemos voltar ao "comunismo primitivo" para termos relações de gênero justas, tomamos este exemplo para historicizar as relações de gênero, tratá-las como relações sociais, e não dentro da esfera natural da vida, além de trazer o debate de que as opressões têm um determinante, ou seja, as relações de gênero correspondem às necessidades das relações de produção.

A mulher passa a ser oprimida a partir do momento em que há um acúmulo de bens, quando se cria a propriedade privada, pois precisa-se da garantia de que os bens passem para a mesma classe. Para garantir a herança, a mulher é confinada na casa. Por isso a questão da preservação da virgindade. Assim, a mulher torna-se bem privado do homem, com a cristalização do casamento

monogâmico. Controla-se sua sexualidade, sua força de trabalho. É mantida como mera reprodutora. Daí surge a divisão de que o espaço da mulher é a casa e o do homem é o espaço público.

Determinadas características biológicas das mulheres (tal como aleitar e gestar) serão utilizadas como álibes para uma suposta predisposição a se responsabilizar por tudo aquilo que tange a reprodução da vida, o cuidado com os filhos e as atividades domésticas.

Historicamente, isto repercutirá em inúmeras jornadas de trabalho (domiciliares e externas), quando da transformação da mulher em operária, com o advento da Revolução Industrial, servindo como mão-de-obra barata, sofrendo uma exploração sem precedentes de sua força de trabalho. Com isto, podemos perguntar: Por que a opressão da mulher (afora as demais opressões) interessa à sociedade capitalista? Ora, porque todos os grupos que a sociedade discrimina são mais explorados enquanto trabalhadores; deles é arrancado um nível maior de mais-valia. Assim, a proletária configura-se como essencial ao sistema capitalista, sendo duplamente explorada, por efetuar um trabalho gratuito no espaço doméstico, que assegura a reprodução da força de trabalho sem nenhum custo adicional ao capital e por receber menores salários que os homens, e esta exploração é ainda maior quando a mulher é negra.

A ideologia é tão forte que as mulheres e também os homens não acham esta assimetria de salários incorreta. A família proletária perde com isso, pois quando discrimina-se um grupo social, a classe dominante é quem ganha, e a totalidade da classe trabalhadora é ainda mais oprimida.

Neste sentido, compreendemos que a verdadeira emancipação da mulher está inserida nas lutas pelas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, por meio das modificações estruturais da sociedade. Portanto, a luta pela emancipação da mulher é indissociável à causa da classe trabalhadora: a luta pela libertação humana! Pode-se ter conquistas específicas, mas não há como romper com a opressão de gênero dentro da sociedade capitalista. Mulheres e homens devem lutar ombro a ombro contra o capital.

2. Sexualidade

Entendemos que sexualidade não está estrita ao corpo, e que para compreendê-la para além de nossas concepções atuais, devemos nos reportar a sua história, pois sexualidade também é determinada por ideologias, e terá conotações diferentes a depender do contexto sócio-cultural.

O que entendemos hoje em relação ao que é ser homem ou mulher é resultado de uma construção histórico-social. Neste sentido, não podemos dizer que há uma essência natural masculina ou feminina, nem hetero ou homo.

A ideologia patriarcal apontará os papéis de homens e mulheres, através da divisão sexual do trabalho. Cada sexo ganhará um estereótipo "natural": virilidade atribuída ao macho X fragilidade atribuída à fêmea. Podemos observar que as pessoas denominadas homossexuais também são enquadradas em estereótipos, que correspondem às características naturalizadas que são atribuídas aos gêneros masculino e feminino.

Neste sentido, a mulher que não se encaixa no papel de reprodutora, submissa, dependente do homem, estará assumindo, aos olhos da sociedade patriarcal, o papel do homem; e o homem que assumir comportamentos ditos femininos, será também repudiado, pois estará fora dos marcos da virilidade, de provedor da família, etc. Deste modo, tentamos aqui, fazer um diálogo entre a repressão sexual e a opressão de gênero.

Com a estruturação das relações ativo e passivo, forte e delicado, dominante e dominado, mesmo com particularidades em determinados momentos históricos, a repressão sexual passa por metamorfoses, mas não é extinta. À medida que se restringe a liberdade sexual, concebendo como "corretas" as relações heterossexuais, a sexualidade torna-se instrumento de rotulagem para a marginalização daqueles que fogem à regra patriarcal e homofóbica. O prazer torna-se hierarquizado e regente das características pessoais do indivíduo.

As várias denominações sexuais (lésbica, gay, bissexual, transexual, etc.) giram em torno da idéia de que a heterossexualidade é o adequado, o correto, pois não rompe com a monogamia, que estrutura a família patriarcal burguesa. De modo que a atração sexual é determinada pela dicotomia hetero/homo, e não pelas potencialidades humanas.

As pessoas que fogem à regra da heterossexualidade formam um grupo social intensamente discriminado, sofrendo violências de toda ordem, inclusive assassinatos. E, como discutimos no texto sobre opressão de gênero, há interesse do capital sobre a existência de grupos sociais inferiorizados, fato que faz parte de sua própria lógica, por possibilitar maior exploração da força de trabalho. E atualmente, percebe-se que o capitalismo passou a instituir um deslocamento da completa exclusão desse grupo social para considerá-lo como público alvo para o consumo, garantindo a aceitação superficial de uma parcela que pode pagar por um espaço, ocorrendo a utilização da opressão para aumentar taxas de lucratividade.

É importante estabelecermos um debate franco com os movimentos GLBTT's e nos integrarmos em uma luta vinculada à questão de classe (não dissolvendo as especificidades, é claro).

Devemos romper com o modo como se convencionou a luta contra as opressões, no sentido de haver verdadeiros guetos para tratar apenas disso. É claro que cada movimento deve ter sua autonomia, mas todos os sujeitos sofrem direta ou indiretamente com as opressões de gênero e sexualidade; no sentido de que, mesmo quem não se sente oprimido, também tem castrado seu prazer, sua liberdade, enfim. Onde é ditado o que é certo e o que é errado sempre haverá “desvios”, desejos reprimidos, etc. Não há felicidade plena onde não há seres humanos plenos, onde os indivíduos não podem desenvolver suas potencialidades.

Por isso, lutemos contra a homofobia e o machismo em todas as instâncias da vida, e engrossemos a luta dos movimentos contra as opressões!

Proposições conjuntas à discussão de gênero e sexualidade

- Todo apoio à luta contra as opressões de gênero e de sexualidade! Abaixo a homofobia e o machismo!
- Fomentar discussões sobre as questões de gênero e sexualidade (através de seminários, palestras, filmes, etc.), que enfatizem a problemática da opressão, revelando seu caráter de classe.
- Construir espaços de aproximação entre o ME e os movimentos que estão em luta contra quaisquer opressões. A fim de conhecermos suas realidades, demandas específicas, reivindicações, e construirmos lutas conjuntas.
- Defendemos a luta por políticas de permanência da mulher na universidade. Reivindicando a existência de uma creche-escola GRATUITA, para o atendimento aos filhos de estudantes, bem como das professoras e das demais funcionárias da UFAL, incorporando esta luta à reivindicação por assistência estudantil digna, que atenda a todos os discentes.
- As lutas contra as opressões devem estar atreladas à luta contra o capital! Só esta luta leva à emancipação do gênero humano!

3. Opressão de cor e racismo

Ao analisarmos, mesmo que superficialmente, o contexto atual da sociedade brasileira não deixaremos de notar características que são, até certo ponto, uniformes e comuns às diferentes regiões do país; características estas que se reproduzem e chegam a marcar profundamente uma série de relações sociais, valores etc., enfim, que a grosso modo servem como reflexo social, político e cultural do Brasil. Todo este emaranhado de caracteres e traços peculiares que acabam por dar o tom de nossa sociedade (e que decerto, se reproduzem em outros países do continente americano), são resultado, em instância última e principal, do processo histórico vivenciado durante os últimos cinco ou seis séculos, onde uma série de fatores levaram a burguesia ascendente e os estados europeus à empreenderem uma verdadeira revolução no mundo, o que em larga medida veio moldar e determinar a forma e o conteúdo das sociedades atuais.

3.1 Das Senzalas às Favelas...

As colônias européias no continente americano e, posteriormente, em outras regiões do planeta, são organizadas à servirem de fornecedoras de matérias-primas e produtos para abastecerem os mercados e economias das metrópoles. Aqui, durante cerca de 350 anos, a principal mão-de-obra será os negros e negras caçados e trazidos violentamente de diversas regiões do continente africano, alimentando um mercado de venda de pessoas que desde o início serão exploradas nas lavouras de cana já no século XVI, aprofundando-se após a descoberta das minas, e mantida durante o crescimento dos cafezais pelo país.

O Brasil foi o maior e mais dependente país de escravos dos tempos modernos, e também o último a proibir a escravidão em suas terras; são quase quatro séculos contra apenas um de trabalho assalariado. Para manter esse sistema, foi impulsionado um enorme genocídio das populações indígenas existentes que tentaram resistir à dominação e o extermínio dos que heroicamente lutaram, fugiram e se organizaram em quilombos e aldeias contra a exploração de nosso povo.

De mão-de-obra valiosa, a população negra tornou-se um fardo após o “fim” do regime escravista. A idéia de superioridade dos brancos, e os séculos de trabalho forçado dos negros moldaram valores e práticas perversas em nossa sociedade, pois quando da iminência de queda da escravidão e da implantação do trabalho pago, assalariado, preferiu-se jogar ao léu milhares de trabalhadores negros à pagar-lhes por um trabalho dantes realizado através do constrangimento físico; havendo inclusive, “intelectuais” que diziam que o grande número de negros e mestiços era a razão da pobreza e do atraso do Brasil.

Em substituição aos escravos, as elites e o Estado investiram e incentivaram a vinda de imigrantes (inicialmente, de países europeus e pouco mais tarde de expressivo número de

japoneses). Durante a tentativa de branqueamento da população brasileira, o Estado concedeu diversos benefícios e apoios diferenciados jamais dados aos negros do país, benefícios que hoje podemos tomar como ações afirmativas ou políticas sociais/raciais, o que com pouco tempo depois propiciou uma relativa ascensão destes imigrantes. Em outras palavras, os negros foram libertos para viverem em absoluta miséria e abandono social, pois o trabalho assalariado seria destinado prioritariamente aos imigrantes e mais tarde aos demais brancos, restando aos pretos alguns poucos empregos onde o exigido seria necessariamente a força bruta e com remuneração sempre menor. Os trabalhadores brancos (imigrantes ou não) de forma relativamente rápida conquistaram importantes direitos como, por exemplo, a possibilidade de organização (em comitês ou sindicatos), algo impensável e cuja pena poderia ser a morte para os escravos.

Assim, chegamos ao século XXI, com a maioria da população negra do Brasil vivendo nas periferias dos grandes centros urbanos, habitando morros, favelas e encostas, bem como, formando a maioria dos que moram nas ruas e dos que lotam os presídios.

A falsa idéia de que a “nação brasileira” foi formada enquanto uma democracia de diversos povos e raças que se misturaram e formaram um todo singular, dando em certo sentido, um “toque especial” ao país, vai abaixo quando constatamos a gritante desigualdade social existente entre os brancos, negros e índios. Para isto, basta verificarmos a que raça pertencem a maioria dos que recebem os menores salários, dos desempregados, dos analfabetos, dos indigentes, das crianças subnutridas, dos “meninos de rua”, e dos jovens assassinados na periferia; podemos ainda parar e contar nos dedos quantos negros e negras aparecem nos meios de comunicação ou atuam em novelas, filmes ou teatros... isto num país em que mais de 45% da população é negra!

3.2 COTAS JÁ!! Abaixo a universidade branca, elitista e racista!

Nas universidades, como em todos os outros setores e segmentos da sociedade, o povo negro é excluído e colocado em níveis inferiores ao restante da população, e quando se faz um corte de gênero, estas diferenças saltam aos olhos. A universidade brasileira definitivamente não corresponde à realidade racial existente no país, muitas vezes sendo um reduto de hipocrisia, insensibilidade, racismo e intolerância para com a população pobre e negra.

Desde que foram implantadas no Brasil, as universidades foram destinadas não preferencialmente, mas quase que exclusivamente à elite branca e racista deste país, sem querer cair nas generalizações. Embora tenha havido algumas mudanças na composição racial dos estudantes de ensino superior e, feitas as devidas proporções na comparação entre épocas, a realidade atual não é muito diferente daquela deparada inicialmente, e o processo de filtragem de ingresso, o vestibular, diminui ainda mais a chance dos estudantes negros, que em sua maioria vêm de escolas públicas, ingressarem nas universidades.

Tomando como base o que foi colocado acima, fica evidente o caráter que o movimento estudantil universitário terá: suas bandeiras e atuação raramente tomarão um caráter que ultrapasse os limites do pensamento pequeno-burguês, reformista e nacionalista, e quando o mesmo resolve tomar uma postura classista, tende a universalizar e desconsiderar algumas determinações de constituição das próprias classes sociais, como por exemplo, desconsiderar na prática que certos tipos de classificação preconceituosas levam a tratamentos discriminatórios, fazendo com que determinadas barreiras que aparentam ser meramente imaginárias ou ideológicas (como o racismo, a homofobia e o machismo) tomem resultados materiais visíveis no cotidiano das lutas, o que irá se refletir na identidade de classe, ou na tomada de consciência de classe. Isto não é singularidade do movimento estudantil, está presente em grande parte da própria esquerda e nos movimentos sociais. Esse tipo de atuação só tende a favorecer as elites, já que, na medida em que grande parte da classe trabalhadora está separada por conta de discriminações e exclusão, e onde importantes setores não se reconhecem entre si enquanto classe com interesses comuns, mas às vezes antagônicos, a possibilidade de haver uma unidade nas lutas diminui bastante, sobrando aos indivíduos e grupos fazerem suas reivindicações de forma isolada. Exemplo do que dissemos acima é o que ocorre atualmente nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, onde trabalhadores “nativos” discriminam racialmente os trabalhadores imigrantes, por conta do aumento da concorrência no mercado de trabalho, e por estes últimos serem obrigados a aceitar salários relativamente mais baixos que os primeiros... a burguesia agradece.

Uma discussão que gerou e ainda irá gerar muita polêmica (mas que não foi esgotada e tampouco realizada sem o preconceito racial implícito ou explícito) foi a iniciativa de se reservar cotas nas universidades e nos serviços públicos para o ingresso de estudantes e trabalhadores negros. Em maio deste ano, os grandes meios de comunicação divulgaram uma carta assinada por intelectuais, artistas, sindicalistas etc. que se colocavam contra as cotas e outras políticas afirmativas, afirmando

que as mesmas poderiam possibilitar “o acirramento do conflito e da intolerância” racial no país. O tom hipócrita e moralista do documento tenta ressuscitar a falácia da idéia da democracia racial, idéia esta há tempos derrubada, mas que tenta ser usada agora para combater a legitimidade e a necessidade de políticas públicas para o povo negro.

Tomar as políticas afirmativas para aqueles que diretamente sofrem com os estigmas sociais da escravidão e com abandono, como um privilégio de raça, é negar a própria escravidão e querer dissimular a realidade e a história do país. Privilégios de raça existem, e não foi o povo negro que os tiveram e os têm sobre si. Afinal de contas, que dispositivo o vestibular é senão um filtro para que só entrem no ensino superior aqueles que puderem pagar para ter uma boa educação básica? Ao lado disto, que dispositivos são os concursos para cargos no setor público, que privilegiam aqueles que têm curso superior ou puderam estudar durante mais tempo? Não são dispositivos de seleção racial? Quantos negros e negras temos como colegas em nossas salas de aula? Será por falta de inteligência ou por falta de oportunidade? 350 anos de escravidão diferencia e muito a situação dos afro-brasileiros com relação ao resto do país. E não é propondo políticas universais, como assim fizeram os signatários do documento citado, que estes problemas serão amenizados, afinal de contas, estas promessas são feitas desde a assinatura da lei Áurea e nunca se tornaram realidade, e continuar defendendo-as é na prática, de forma conivente, continuar defendendo que tudo continue do mesmo jeito que está.

É necessário frisar que as políticas afirmativas não serão suficientes para acabar com o racismo, nem com o estigma social herdado por séculos de opressão. Não devemos alimentar ilusões em medidas paliativas oriundas do Estado, que são sim necessárias em vista da realidade, mas que são incapazes de combater a raiz dos problemas, que está no modo de produção ao qual estamos submetidos. Neste ponto, fazemos a denúncia do governo neoliberal de Lula, que através da apropriação e deturpação de bandeiras históricas do movimento negro vem tentando usar de uma covarde chantagem política para cooptar parte da população negra à apoiar projetos nefastos como o ProUni, que é claramente voltado para salvaguardar os tubarões do ensino e que faz parte da reforma universitária privatizante imposta, bem como o Estatuto da Igualdade Racial, que embora tenha pontos importantes, está imbuído em um projeto de governo que em nada propicia a efetivação de ganhos ao povo negro e pobre, servindo apenas de marketing político e chantagem eleitoral.

O único instrumento de transformação social possível e eficaz para o povo negro e demais setores explorados e oprimidos, é a organização livre, direta, consciente e classista contra o racismo-machismo-homofobia, contra o Estado e o capital; associando as lutas mais imediatas e emergenciais, como o direito à cotas e a reparação social, com as lutas históricas, pelo fim da exploração. O que muitas vezes ocorre é que as organizações que deveriam representar interesses claros de classe levantam certas bandeiras de combate às opressões (tendo a maioria destas bandeiras, um caráter estritamente universalista), mas que em boa parte dos casos servem de jogada oportunista, de autopromoção, porque na prática das próprias organizações as mesmas velhas discriminações se reproduzem e disseminam paulatinamente. Se não houver rompimento com estas práticas e costumes, estaremos fadados a alimentar em nossos próprios quintais os mesmos valores que aqueles que combatemos sempre praticaram e exploraram.

O movimento estudantil deve tomar o debate e a defesa das políticas afirmativas como bandeiras suas, que se insiram em todos os seus espaços de atuação, pois é necessário romper com este silêncio (não seria comodidade?) e adentrar na defesa de uma universidade que reflita a realidade racial do país e que esteja voltada aos interesses da classe trabalhadora; e estes interesses só poderão ser defendidos enegrecendo nossas ciências, letras e artes, através da inserção do povo negro nas universidades e serviços públicos.

Ainda neste ponto, cabe salientar que muitos dos argumentos defendidos por aqueles que se colocam contra as políticas afirmativas, especialmente as cotas, foram de antemão derrubados pela realidade e experiências já realizadas. Nas universidades, por exemplo, muito se dizia que a adoção do sistema de cotas iria fazer com que as instituições tivessem uma conseqüente perda de qualidade e que de fato seriam criadas duas categorias de estudantes, cada qual com desempenhos pedagógicos diferentes; essa diferença no desempenho (e até na capacidade intelectual) dos alunos cotistas, resultaria em profissionais mal-formados ou pouco qualificados quando comparados aos demais estudantes. Nada mais falso. Estudos realizados nas universidades que adotaram as cotas demonstram que os cotistas têm o mesmo desempenho que os alunos não-cotistas, havendo alguns com desempenhos melhores e outros não tão bons, como em qualquer sala de aula ou curso. Assim, fica evidente a necessidade de estarmos inserindo estes estudantes outrora abandonados, pois sua formação e qualificação adequada só serão possíveis se os mesmos estiverem dentro da academia, e não fora dela.

Assim, como uma das medidas para combater o preconceito racial e as alarmantes diferenças entre negros e brancos no ensino técnico e superior brasileiro, o que reflete no formato elitista e conservador de nossas escolas e universidades, como forma também de combater as

diferenças salariais e de oportunidade de empregos no mercado formal de trabalho por conta da exclusão social e do racismo, bem como contribuir com a construção da unidade dos estudantes e da classe trabalhadora, o grupo Além do Mito defende:

- A adoção de cotas proporcionais para negros nas escolas técnicas e universidades públicas.
Os beneficiários deverão ser estudantes de escolas públicas que comprovem pertencer a famílias com baixa-renda. Estas cotas devem corresponder à percentagem de negros na população geral de cada estado ou cidade em que se localizam as instituições referidas; considerando ainda uma divisão dessas cotas em 60% para mulheres e 40% para os homens. No estado de Alagoas, por exemplo, os negros correspondem a mais de 55% da população.
- Assistência estudantil integral aos estudantes cotistas até a conclusão de seus estudos.
- Abaixo o ProUni! Pela matrícula dos estudantes cotistas nas universidades públicas e pela estatização das universidades privadas.
O governo Lula zomba dos estudantes ao inseri-los em instituições que em sua maioria são de péssima qualidade, e onde as mesmas não fornecem o básico de uma formação superior, como a garantia do tripé ensino-pesquisa-extensão. Além disso, não há formas de manter os estudantes frequentando os cursos, pois inexistente assistência estudantil aos mesmos. Este programa só beneficia os empresários, sendo inclusive uma das demandas deste setor, e não do movimento negro como mentirosamente afirma o governo.
- Abaixo o vestibular.
- Que se cumpra a lei Nº 10.639, que obriga o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio.
- A adoção de cotas proporcionais para negros no trabalho público e privado. Estas cotas devem corresponder à percentagem de negros na população geral de cada estado ou cidade considerado; observando ainda uma divisão dessas cotas em 60% para mulheres e 40% para os homens.
- Que se aumente a participação de negros e negras nos meios de comunicação.
- A obrigatoriedade do quesito raça/cor nos prontuários de saúde. A fim de detectar e combater doenças comuns à população negra (como a anemia falciforme).

Todas estas reivindicações fazem parte de um mínimo exigido pelos movimentos negros no intuito de corrigir e amenizar as históricas distorções sociais de um país fundado no esforço constrangido e violentado de toda uma raça, ao lucro de alguns poucos. Que o DCE Quilombo dos Palmares tome-as como suas bandeiras e de forma incisiva pressione para que o número de cotas na UFAL aumente, ao ponto de corresponder ao percentual de negros do estado e que se garanta a permanência dos mesmos, através da assistência estudantil.

ANEXO

FORA GOVERNISTAS E OPORTUNISTAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL! Comunicado sobre o cancelamento do V Congresso do DCE-UFAL “Além do Mito...” - Nov/06

Quando se encerrou as eleições do DCE-UFAL em agosto de 2006 com a eleição da “Coração de Estudante”, comandada pela UJS (Juventude ligada ao PCdoB, base do Governo Lula), nós do grupo “Além do Mito...” apontávamos para uma conjuntura ainda mais acirrada na defesa da universidade pública e gratuita. Além do Governo Lula e sua Reforma Universitária (que na verdade é do Banco Mundial e do FMI, assim como foi de FHC), da Reitoria de Ana Dayse e Eurico Lôbo, tínhamos um DCE em compasso com as políticas privatistas – mesmo que as negue parcialmente ou discursivamente –, na medida em que o mesmo assume a defesa incondicional do Governo Lula e de seu projeto de aprofundamento do neoliberalismo (sim, nós sabemos que durante o período de eleição do DCE eles não disseram isso...). Política esta que se materializa e se dissemina nas universidades no fortalecimento do setor privado (com a concepção de educação nela embutido) e a sistemática desestruturação do ensino público.

O governoismo instaurado nos Movimentos Sociais já decretou a falência (política, que se diga) da CUT e da UNE. Já repetimos, e diremos sempre: elas não são instrumentos de luta para trabalhadores e estudantes, muito pelo contrário, são verdadeiras máquinas governistas de desmobilização e engessamento das lutas sociais. Foi esse o triste papel desempenhado por estas entidades nos primeiros anos de Governo Lula, que só saíram às ruas na defesa do mesmo e sabotou ou tentou sabotar todas as greves e mobilizações. Mas como o misticismo é da parte dos que defendem essas “casacas vazias” para a luta dos trabalhadores, afirmamos que a CUT e a UNE são formadas por sujeitos políticos, homens e mulheres que assumiram e construíram determinada perspectiva: a perspectiva da política de Estado. E aqui na Ufal estas respondem pelo nome de União da Juventude Socialista (UJS-PCdoB) que está no DCE, Articulação de Esquerda (corrente do PT) e a Correnteza (PCR-UJR)

Os governistas e burocratas têm conseguido êxitos – ao modo deles, é claro. Em troca, os movimentos sociais definham.

Quando a luta é posta em segundo, terceiro... ou quando “valer a pena” a gente faz

O que infelizmente assistimos no ME da Ufal é um completo descaso por parte de certos partidos políticos presentes (os quais curiosamente são base de sustentação do Governo Lula e/ou ferrenhos defensores da burocrática e governista UNE). Não contentes em sua completa imobilidade teórico-política, como também militante, estes querem levar todo o movimento estudantil para o mesmo patamar de degeneração política. Partidários de uma lógica nociva aos movimentos sociais, concebendo que estes só podem avançar se for sob a sua tutela, põem freio, manobram e jogam terra em qualquer possibilidade de construção de um movimento estudantil autônomo e combativo, bandeira que levantamos e que nos mantém mais convictos a cada trapaça feita por estes futuros assessores parlamentares.

Para quem não sabe, ou mesmo participando do ME ativamente não se deu conta, foi notório o desleixo dos partidos e grupos militantes governistas da Ufal com as lutas do ME desde muito tempo. Um exemplo disso é que as eleições do DCE só ocorreram porque nós da “Além do Mito...” e alguns poucos membros de CA’s se movimentavam para garantir o quorum do Conselho de Entidades de Base para deliberar e viabilizar a organização do pleito. Embora tenham posto uma série de dificuldades *a priori* (como se organizar movimento social fosse fácil), na verdade existia uma vontade velada de que as eleições do DCE só ocorressem depois das eleições parlamentares, já que UJS, Articulação de Esquerda-PT e o PCR/UJR (Correnteza) estavam bastante preocupados com a eleição de seus algozes (ou melhor, de nossos algozes; para eles é a possibilidade de “mamatas” no Estado).

Como defender isso abertamente só iria queimá-los e ainda mais o DCE se aproximava de um ano sem gestão, o CEB aprovou as eleições e a chapa vencida (se apresentando como uma embalagem de supermercado) foi a já citada “Coração de Estudante” (UJS/PCdoB). Pois bem, se ressuscitou um defunto na Ufal: a UJS que estava bem distante dos espaços do ME da Ufal.

Mas, nem depois das eleições parlamentares, a construção do Movimento Estudantil, a luta de fato, se põe em primeiro plano. O fato lastimável, que motiva a publicação desse comunicado foi consumado referente ao Congresso do DCE da Ufal, espaço que seria responsável para dar o norte político da entidade no período de um ano. Isso implica em tirar posicionamentos e encaminhamentos

centrais para que o DCE possa se posicionar nas lutas e fazê-las na universidade e fora dela. É como se fosse um “ponto de partida”, mas assim não foi “entendido”...

Congresso do DCE: qual sua razão de ser?

Os antecedentes

O Diretório Central dos Estudantes possui quatro instâncias deliberativas: reuniões normais, seguido do CEB (reunião com CA's e DA's), pela Assembléia Estudantil e por último o seu Congresso. Cada um, em ordem de seqüência, possui importância e peso maior. Sendo assim, o congresso da entidade, que é anual, representa sua instância máxima de deliberação e organização da entidade. O último Congresso do DCE foi realizado em 2004, pois como em 2005 as eleições do DCE não ocorreram pela greve das federais, não foi realizado. O DCE também estava em processo de eleição de sua diretoria, que como já dito, só foi finalizado de fato em agosto de 2006, depois de passado por eleições conturbadas, sem quorum, férias etc. Com uma gestão eleita, tinha-se a possibilidade de normalizar essa situação.

A nova gestão, “Coração de Estudante”, fez uma reunião de planejamento no dia 19 de agosto de 2006 – por sinal, muito mal feita e planejada, fruto de quem não tinha a menor discussão e perspectiva para o DCE – e tirou o seguinte calendário para os últimos meses do ano: Setembro – semana do calouro em Arapiraca e Maceió (duas atividades realizadas em Maceió); Outubro – Seminário de Assistência Estudantil (ninguém viu...); Dezembro – indicativo do Congresso do DCE de 04 a 09 desse mês.

Pois bem, o DCE-“UJS” não realizou nada de relevante para a organização e mobilização dos estudantes. Muito pelo contrário. Foi tirada no CEB uma mesa sobre o Enade (antigo Provão de FHC), a qual, claro, o DCE não se esforçou em divulgá-la e fez um cartaz que mais parecia um ofício só para manter o “protocolo” – afinal, estamos falando de burocratas. Por eles seria uma mesa “informativa”, como se as “questões técnicas” fossem desprovidas de um conteúdo político. Um velho recurso de velamento de posições políticas claras e conscientes, sob um manto de “neutralidade” e “pluralidade”, que infelizmente tem-se muito apelo atualmente num contexto de avanço do pensamento liberal e “alternativas” pós-modernas. No final das contas “boicotou” o boicote ao Enade e forneceu, pressionado mais uma vez, apenas panfletos.

Assim, a única coisa que o DCE teria de mais relevante a fazer era o Congresso do DCE (Eita, que cruel, esquecemos das carteirinhas de estudante!). Já que ele não fez “boicote ao Enade”, não organizou o Seminário de Assistência Estudantil tirado em seu planejamento, tinha-se como foco central e único o Congresso da entidade. Esse é o balanço de cerca de 4 meses de gestão.

A sinfônica governista: a marcha fúnebre prossegue...

Marcado o Congresso do DCE, em reunião de “planejamento” da gestão do DCE para 04 à 09 de dezembro, acabou-se que pela desorganização (ou má vontade?) do DCE aliado a um imobilismo e/ou distanciamento de muitos CA's das pautas do movimento geral, foi para os dias de 14 à 17 do mesmo mês. Esta data foi tirada 2 meses antes em CEB realizado em um dia de sábado, quando normalmente é em algum dia de semana. Por que foi no sábado? A diretoria do DCE explicou: como a Ufal conta agora com campus e pólo no interior do estado, facilitava a vinda de CA's formados nestes locais. Ok. Assim, foi realizado o CEB, que deu quorum e tivemos a presença do CA de Medicina Veterinária de Viçosa.

Acontece que, depois de já marcado, de ter tido outras reuniões do CEB, 12 CA's da Ufal acordaram no belo dia de 21 de novembro de 2006, e pensaram: “não tem como organizar o congresso!”. **Orquestrado pelo maestro chamado DCE-“UJS” e em sintonia com os militantes da Articulação de Esquerda-PT e da Correnteza (PCR), o Restaurante Universitário, palco da obra prima, viu soar gritos surdos e hipócritas de apelo ao “debate com os estudantes”.** Aqueles que não se propõem a fazer isso e quando se faz é velando seus posicionamentos, tratando as coisas na base de amizades e coleguismo, clamavam por: debate! No final, **um CEB que tinha como pauta de discussão a definição de um tema para o Congresso do DCE e de recolher sugestões de temas para os Grupos de Trabalho (GT's), terminou por cancelar o próprio congresso.** E detalhe: isso foi feito depois de se definir um tema geral para o Congresso e de se listar vários temas para GT's.

Mas a pergunta é: não tinha como realizar o congresso ou não queriam realizar o congresso? O ME não é uma agência de publicidade (ao menos, não deveria ser e nem pensar em sê-lo), logo, problema de materiais de divulgação sempre existiram e sempre existirão, ao menos que, além de virar uma agência de publicidade, ele perca todo seu caráter de movimento social e vire uma empresa em busca de lucratividade e esquece das lutas, o que lhe daria, talvez, cartão de entrada nos meios de comunicação. Mas acreditamos que não é esse o papel do ME.

Sim, **o problema “técnico”, ora colocado, que nem sequer existia, na verdade escondia uma questão política:** a falta de organização e inserção, a falta de militância orgânica da “frente

governista” (e também em defesa da UNE) ali instalada. Ora, eles bem sabiam que o grupo organizado na Ufal que estava preparado chamava-se “Além do Mito...” e que o mesmo estava pronto para fazer o debate com os estudantes. Sim, com os mesmos estudantes que se afirmava estarem distantes de qualquer debate. Mas de que debate? O deles? Que culpa têm aqueles que levam o ME com seriedade na desorganização e desarticulação dos defensores da imóvel UNE? Se eles são o espelho do que defendem, paciência. O problema é quando, não satisfeitos, jogam terra, e não em nós do grupo “Além do Mito...”, mas no **ME da Ufal, que não deve ter como agenda as necessidades e possibilidades de nenhum grupo, e sim suas próprias!**

Infelizmente, o que vemos é um ME formado por CA’s desarticulados e muitas vezes distantes das pautas do movimento geral. O resultado é um CEB com os que decidem os rumos do Movimento Estudantil geral e do DCE, não participando efetivamente daquilo que deliberam. Como consequência, quando se põe uma questão aos CA’s que necessita de uma responsabilidade, digamos, “prática”, a solução acaba sendo tirar o corpo fora e aceitar a manobra política (mesmo que seja inocentemente) daqueles que não demonstram compromisso com a construção do ME. Sabemos da realidade de muitos CA’s da Ufal, muitas vezes sobrecarregado por poucos, no entanto, nada justifica (seja problemas “pessoais” dos membros do CA ou qualquer outra coisa que seja), deles decidirem pelo **cancelamento de um Congresso do DCE tirado no seu devido tempo, com já várias reuniões de CEB tendo o mesmo como pauta, com Comissão de Organização formada e já trabalhando, com CA’s já tendo tirado edital de eleição de delegados ou em vias de tirar e, sobretudo, por uma necessidade já posta a tempo de realização do mesmo.** Se ainda assim, a maioria dos CA’s não se movimentou, não divulgou em seus cursos, a solução certamente não é mais paralisia.

Agora o movimento estudantil da Ufal está de férias, e quando voltar das férias em 2007 (assim se espera!) não vai ter nenhum norte, nenhuma perspectiva, pois o espaço que era pra ser realizado isso foi cancelado. Isso mesmo: ao se constatar a doença, a cura vira a própria doença. Ao invés de tentar articular o ME da Ufal construindo seu norte no congresso, deixa-se como está: a “deus dará”. E o indicativo para realização do Congresso foi para Abril/Maio de 2007, no final da gestão. Totalmente sem sentido. É difícil acreditar que esse congresso ainda seja realizado, e se for, será em tempo ainda mais curto que o que foi cancelado, já que esse foi o “problema”.

O interessante é que **o DCE da UJS, junto com os militantes da Articulação de Esquerda-PT e da Correnteza (PCR), na reunião de planejamento já citada (agosto/06), vetou a realização de um pré-congresso a ser realizado pelo DCE com temas básicos.** Defenderam que ficasse por conta de cada curso ou CA/DA e assim, foi. **Perguntamos novamente: o “adiamento” é por falta de possibilidade ou de vontade? Há quem e para quê serve o Movimento Estudantil? O que faz um DCE sem norte político? Um movimento estudantil sem uma pauta de lutas para o ano de 2007?**

Só os mortos não reclamam... o pulso ainda pulsa!

Se o que querem é definir os movimentos sociais ou incorporá-los as suas burocracias, nos levantamos e dizemos que não será sem luta. Não uma luta fratricida que esquece as lutas sociais, mas sim feita nelas mesmas. O pulso ainda pulsa. E nós viemos tentando pôr esse gás no ME da Ufal, com todas as falhas e deficiências que temos, mas sabendo que lutamos contra verdadeiras máquinas governamentais e sob perspectivas distintas, contra aqueles que já não sabem mais que bandeiras o ME defende e se jogam em uma aprofundada degenerescência no debate político e em sua prática política. Estamos mexendo com burocracias acomodadas e encasteladas, isso deve incomodar.

Tínhamos pronto uma tese construída com estudantes de vários cursos que só não foi entregue aos CA’s no dia do fatídico CEB que cancelou subitamente o Congresso do DCE, por ter faltado alguns ajustes. Estávamos para marcar discussões com CA’s e ir fazer o que, pelo jeito o DCE não fez: divulgar e debater o congresso no *campus* de Arapiraca. O debate existe para aqueles que se propõem a fazê-lo.

Mas para quem prefere aprofundar uma constatada debilidade e desarticulação do ME, para não pôr em cheque no Congresso do DCE o Governo Lula e a UNE (garantindo a tiragem de delegados para o Conune em 2007) e manter o movimento de mãos atadas, realmente não existe debate.

O silêncio e a indiferença formam o salão da burocracia estudantil. É onde os parasitas se fazem.

...Além do Mito Que Limita o Infinito...

alem_do_mito@yahoo.com.br